



ELQ



PORTE
PAGO

ANO X

N.º 122

MENSAL

JUNHO

1984

PREÇO 20\$00

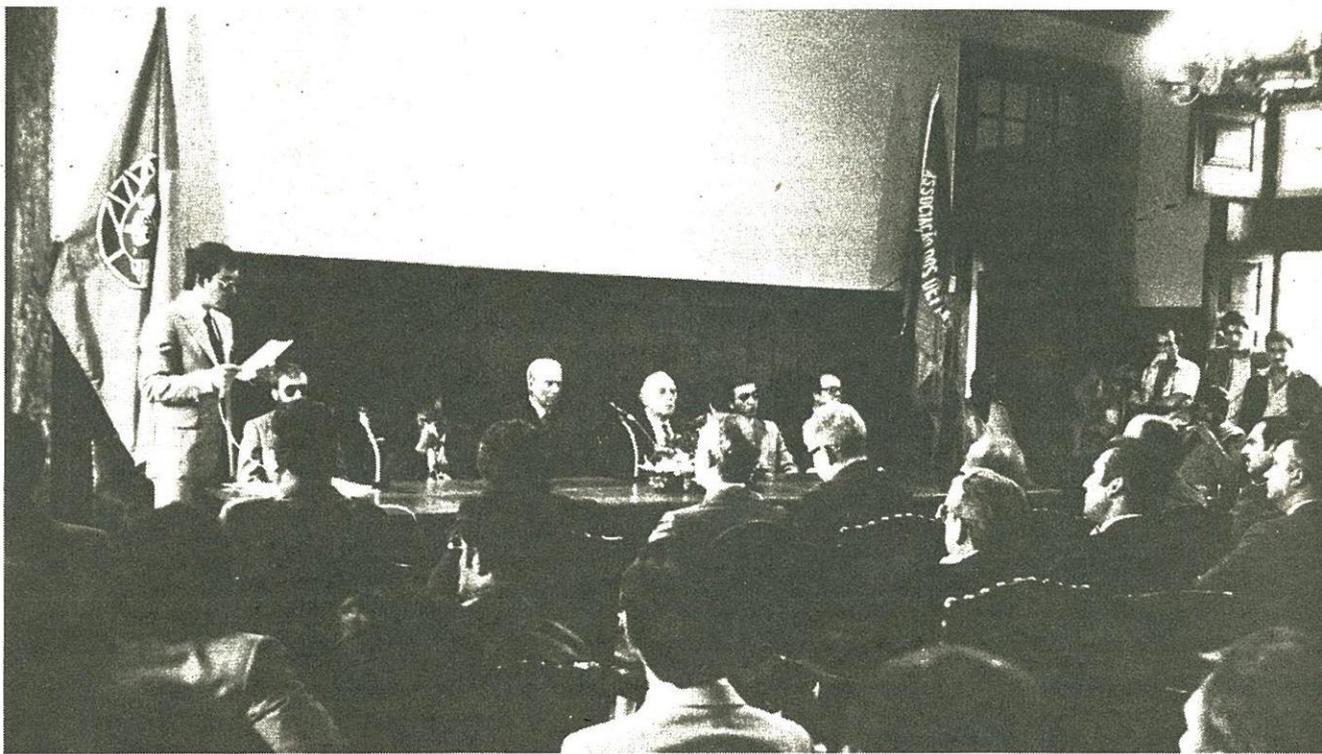
ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

O 14 DE MAIO NA ADFA

**PRESIDIDA POR REPRESENTANTE
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

**SESSÃO SOLENE
FOI PONTO ALTO
DAS COMEMORAÇÕES
DO X ANIVERSÁRIO**



PÁGS. CENTRAIS

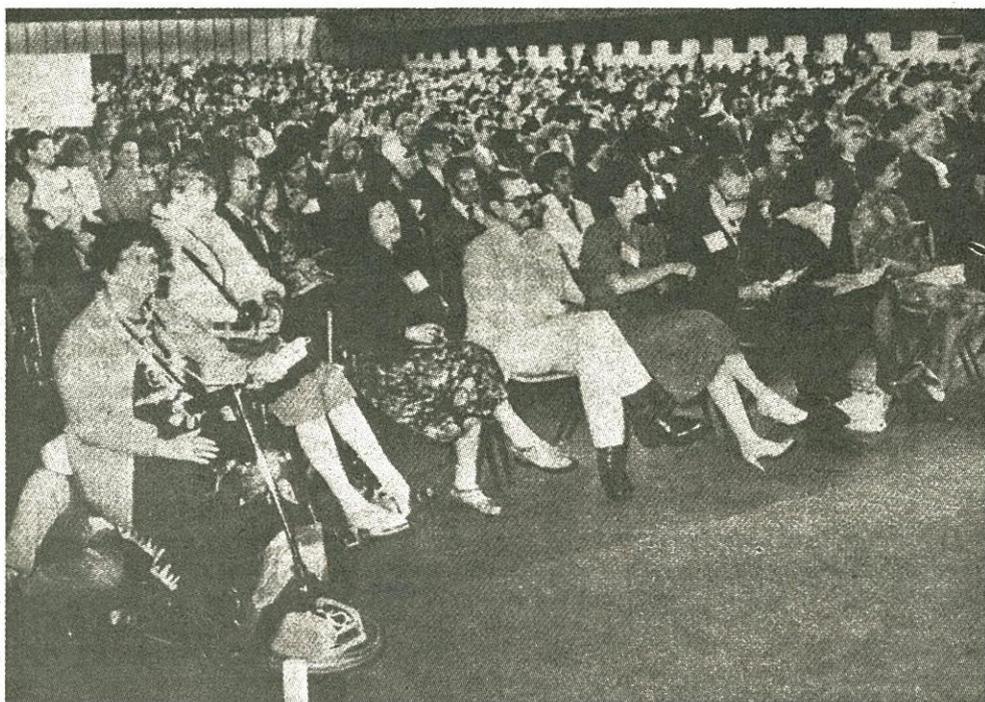
Durante a sessão solene na Sede da ADFA

EM 16 E 17 DE JUNHO EM VILA DO CONDE

CONVÍVIO NACIONAL DE SÓCIOS

A MAIOR EXPRESSÃO ASSOCIATIVA DAS COMEMORAÇÕES

PÁG. 5



Um aspecto do Congresso na cerimónia de abertura

INAUGURADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**XV CONGRESSO MUNDIAL
DA REHABILITATION INTERNATIONAL
ESTÁ A DECORRER EM LISBOA**

PÁG. 12

**• ANTECEDENDO O CONGRESSO
REALIZOU-SE SEMINÁRIO
DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL** PÁG. 2

• **HÁ 10 ANOS** PÁG. 3

• **CONTACTOS COM ENTIDADES SOBRE REIVINDICAÇÕES** PÁG. 2

• **CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO REUNIU** PÁG. 12

• **COOPERAÇÃO COM DEFICIENTES DE GUERRA DA GUINÉ** PÁG. 3

• **COLÓQUIO SOBRE LITERATURA E GUERRA COLONIAL** PÁG. 8

• **MOVIMENTO DE DEFICIENTES EM PORTUGAL
— ENTREVISTA COM LOMELINO VÍTOR** PÁG. 4

ANTECEDENDO O CONGRESSO DA REHABILITATION INTERNATIONAL REALIZOU-SE EM LISBOA SEMINÁRIO SOBRE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Já no âmbito do 15.º Congresso da Rehabilitation International e antecedendo a sua própria realização (4 a 8 de Junho), teve lugar em Lisboa (no Hotel Penta), nos dias 29 e 30 de Maio, um seminário sobre reabilitação profissional.

Contando com especialistas, que vinham já para o congresso, de várias organizações internacionais, como a própria Rehabilitation International, O. I. T. e O. C. D. E., o seminário tratou especialmente a questão da reabilitação nos países em vias de desenvolvimento e o emprego de deficientes em períodos de recessão económica.

Os trabalhos decorreram durante os dias 29 e 30 de Maio, tendo o seminário sido iniciado logo no dia 28 à noite com um «cocktail». As discussões tiveram lugar em grupos de trabalho e em plenário.

Os participantes eram sobretudo estrangeiros, estando a representação portuguesa, à partida, limitada a 25 lugares. Desse 25, a maioria eram técnicos, sobretudo do Secretariado Nacional de Reabilitação e do Ministério do Trabalho. Deficientes, mesmo estrangeiros, eram muito poucos. Portugueses, embora, segundo os promotores, todas as organizações de deficientes tenham sido convidadas, encontrava-se apenas representada a ADFA e mais uma ou duas Associações.

A razão fundamental da não participação dos deficientes portugueses terá sido essencialmente o preço elevado da inscrição (9000\$00 por pessoa). Mas o facto de se tratar de um seminário muito técnico e muito especializado também terá contribuído para não motivar as organizações a participarem.

A ausência de deficientes, as

circunstâncias em que o seminário foi realizado, o ambiente de que se rodeou, o carácter técnico e especializado que assumiu, tudo isto revela um grande distanciamento entre a reabilitação que se discute e programa e os deficientes que a recebem.

Num país como Portugal, onde os deficientes e a reabilitação são duas realidades que ainda não se encontraram, um seminário deste tipo pode alargar o fosso que entre eles existe.

O ambiente de bem-estar e mesmo de um certo luxo, marcado logo pela abertura do seminário com um «cocktail», e a linguagem difícil, entendida só pelos técnicos especializados, são logo um convite ao afastamento dos deficientes que não se sentem bem nestas andanças, nem vislumbram aí a solução imediata dos problemas que os afligem. Temos, assim, uma reabilitação refinada, de luxo mesmo, diríamos, destinada aos deficientes entendidos como material passivo a moldar pelos técnicos, deficientes que, na sua realidade de miséria e marginalização, regra geral, ainda não aprenderam sequer o ABC da reabilitação. É essa ignorância que parece fazer «inchar» os peritos do alto das suas tribunas, espargindo daí milagrosas soluções (teóricas) para os ávidos e reconhecidos deficientes (lá bem afastados). Aqui, no próprio âmago da reabilitação, temos a marginalização e segregação dos deficientes.

Esquecem-se os técnicos e sábios da reabilitação que, embora tenham adquirido conhecimentos teóricos e práticos, recolhido experiências, tudo isso, não tem o sentir da marginalização, não conhecem o peso do

desprezo, não experimentam a humilhação de se ser arrumado na prateleira dos sub-cidadãos. Não se apercebem os detentores do saber que é esse sentir o melhor técnico, o mais eficiente conselheiro, capaz de indicar, infalivelmente, as soluções adequadas. Não vêem que a integração social dos deficientes, se não for promovida pelos próprios, com a sua participação, talhada à medida dos seus anseios, é falsa, não resulta.

Estamos ainda na era em que a reabilitação é feita para os deficientes. Este seminário confirma-o. Urge passar à fase seguinte, em que a reabilitação seja feita com a participação dos deficientes, para depois atingir o estágio final, em que a reabilitação é feita pelos deficientes — altura em que o mundo estará adaptado a todo o tipo de pessoas e não apenas a um determinado padrão, como sucede agora. Nessa altura, tal como o homem «normal» ou padrão agora, o deficiente, na posse do seu estatuto simplesmente de ser humano, tem apenas que fazer apelo às suas capacidades para se afirmar, já que os caminhos a percorrer na vida estão desimpedidos e transitáveis.

Estas algumas considerações menos optimistas e que poderão ser um prenúncio da forma como decorrerá o próprio congresso. Mas, para além disto, alguns aspectos há a considerar com interesse, realçados durante as discussões e que têm bastante actualidade. Uma tecla insistentemente batida foi a da reabilitação nos países em vias de desenvolvimento. Nota-se, neste domínio, uma

certa inovação, já que os técnicos dos países desenvolvidos parece terem abandonado a tese de implantação dos modelos dos países ricos nos países pobres. Valorizam antes as realidades económicas e culturais específicas dos países em vias de desenvolvimento, as quais devem determinar as soluções a adoptar. Insistem, para além de tudo, na necessidade de lançar iniciativas e programas com base na comunidade, tendo as forças vivas e organizadas um papel importante a desempenhar. Apontam também como importante a participação da família e das próprias organizações de deficientes, mas sem pôrem nestas últimas uma tônica especial.

Reconhecendo-se embora as peculiaridades dos países pobres e a importância destas no tipo de reabilitação a programar, que pode nem sempre coincidir com as receitas dos países ricos, estes parecem manter aqui uma posição sobranceira e paternalista, não reconhecendo os seus próprios erros, insuficiências e falhas, como se aí a integração social tivesse atingido a perfeição.

Ora isso não será realmente um facto. As potencialidades económicas e tecnológicas não terão resolvido definitivamente o grande problema da marginalização dos deficientes, porque ele é essencialmente humano e situa-se no domínio complicado do psiquismo de cada um e da mente colectiva.

Mais uma vez se nota que o técnico (e aqui esteve o supra sumo) maneja os deficientes como se de inerte material de laboratório se tratasse.

Outros aspectos foram focados com especial importância. Trata-se, por exemplo, das diferenças entre as zonas urbanas e rurais não se devendo, nestas últimas, aplicar simplesmente os métodos dos primeiros. Por razões de ordem cultural e de todo um estilo de vida (tipo de actividades, barreiras arquitectónicas, tipo de habitação, etc.), certos meios, por exemplo, facultados nas zonas urbanas, que são eficientes, são falíveis nos meios rurais (cadeiras de rodas, próteses, etc.).

O mesmo sucedendo com os grandes complexos de reabilitação implantados nas zonas rurais, que não resultam. Aí há que fazer um tipo de reabilitação directamente na comunidade, onde as barreiras materiais e sociais que se põem à integração são mais peculiares. E o deficiente, sempre que possível, deve fazer a sua reabilitação no seu próprio meio, onde, desde logo, fica adaptado.

Tal como os países desenvolvidos não devem impor os seus métodos aos países em vias de desenvolvimento, também as áreas urbanas não devem impor os seus às zonas rurais. Esta uma das conclusões fundamentais do seminário.

Esta conclusão necessitaria, contudo, de ser desenvolvida devidamente, o que não aconteceu. É que os técnicos presentes insistiram muito em que, embora os países desenvolvidos não imponham as suas soluções, devem, contudo, transmitir os seus conhecimentos. Podemos aqui perguntar: a transmissão do conhecimento não será indirectamente a imposição de um modelo, sobretudo a países que estão a zero nesta matéria? Aqui se põe novamente, como se vê, a atitude paternalista dos países ricos. E se eles colocassem simplesmente à disposição os resultados das suas experiências e apoiassem depois as iniciativas e experiências próprias dos países pobres, não seria mais adequado?

Embora o tema do seminário fosse o emprego, parece-nos que foi posta a tônica nesta questão de forma exagerada. A preparação do deficiente para exercer uma actividade profissional e consequente obtenção de um emprego parece constituírem o objectivo final de toda a reabilitação. Esses dois aspectos são de facto importantes, mas, pensamos, inseridos num processo mais amplo que podemos designar de integração social. Esta não se esgota na realização profissional.

Na nossa cultura, o mito do trabalho desempenha um papel excessivamente determinante no estilo de vida das pessoas, em todos os domínios, mesmo políticos, especialmente, neste século e no século passado. Reflecte-se também na reabilitação, acreditando-se que o deficiente está integrado, no momento em que lhe é assegurado um emprego.

O emprego pode contribuir para a integração plena, mas não determiná-la, só por si. O deficiente pode trabalhar, ter a sua remuneração, e sentir-se desgraçadamente marginalizado, nos vários domínios da sua vida, até no próprio local de trabalho. O emprego tem que ser entendido como um passo apenas (embora importante) para o objectivo final, que é a

integração plena. E que a reabilitação não consiste só em facultar ao deficiente aquilo que lhe falta, como trabalho, assistência médica, próteses, uma indemnização, etc. A reabilitação consiste também em suprir fortes carências da sociedade, da comunidade em que o deficiente pretende inserir-se, nomeadamente a nível de informação — dados necessários para entender o fenómeno da deficiência e que, depois de elaborados, a levem a uma mudança de atitude. Este binómio deficiente-sociedade nem sempre está presente no equacionamento que os técnicos fazem da reabilitação.

Cabe referir aqui, a propósito, que segundo um técnico polaco presente no seminário, num congresso recente na Polónia se concluiu que se deve começar pelas escolas, ensinando as crianças sobre as potencialidades dos deficientes.

Algumas intervenções revelaram-se de aspectos práticos interessantes. Está neste caso a comunicação de Sam Niwa, da O. I. T. (Organização Internacional do Trabalho), que referiu algumas decisões recentes deste organismo sobre o emprego de deficientes, nomeadamente uma recomendação, em que se prevê a prioridade no emprego e que deverá, sempre que possível, processar-se no mercado de trabalho aberto.

No último dia do seminário, da parte da tarde, um dos grupos de trabalho tratou a questão da reabilitação profissional em Portugal. Foi feito essencialmente um historial sobre a criação das estruturas de reabilitação profissional do nosso País, desde a década de 1960.

Na exposição portuguesa há a realçar a questão crónica, neste domínio, do choque de competências dos vários departamentos governamentais, em que se vêm gastando muitas energias, e que é, em muito, responsável pelos fracos resultados práticos obtidos no domínio da reabilitação.

Depois desta exposição, ficou-se com a sensação de que temos para aí uns serviços rotineiros, pouco ou nada produtivos, faltando-lhes uma coordenação eficaz que os discipline e uma filosofia de reabilitação que os oriente. E não será ainda na sequência deste seminário que essa coordenação ganhará corpo e essa filosofia expressão.

Nós, em Portugal, com as nossas características próprias, temos que produzir as nossas próprias soluções. Temos condições para isso, porque se trata de um problema humano, e o homem sempre que tem um problema encontra uma solução. Temos é que «incomodar» a tranquilidade e rotina dos técnicos da nossa reabilitação e envolvê-los num amplo processo de discussão e acção nacional, conjuntamente com os deficientes, as famílias destes, as entidades patronais, os sindicatos, as autarquias locais e a população em geral.

Este, foi, pois, um seminário para nós. Fomos lá assistir. Sempre valeu a pena. Pelo menos para aqui poderemos apresentar a nossa opinião crítica sobre estas realizações pomposas e elitistas, dedicadas a nós, mas que nós sempre ignoramos.

DELEGAÇÃO DO PORTO

CANTINA SERVE REFEIÇÕES

Tal como noticiámos, foi inaugurada em Dezembro do ano passado uma ampla melhoria e remodelação da Cantina da Delegação do Porto, que passou assim a ter capacidade para servir refeições aos sócios e utentes do Centro Oficial de Meios Ortopédicos, lembrando-se aos sócios a possibilidade da sua utilização.

DEPOIS DE CONTACTOS COM DIVERSAS ENTIDADES SOBRE AS REIVINDICAÇÕES

DIRECÇÃO DA ADFA VAI PEDIR AUDIÊNCIA AO MINISTRO DA DEFESA PARA SABER FINALMENTE QUAL A POSIÇÃO DO GOVERNO

A Direcção Central da ADFA terminou praticamente a sua ronda de contactos com as diversas entidades civis e militares que têm directa ou indirectamente a ver com as reivindicações da Associação. Esta série de contactos, iniciada depois de definidas, na Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 14 de Janeiro passado, as reivindicações da ADFA para 1984, irá agora culminar com uma entrevista com o ministro da Defesa Nacional, que a Direcção Central lhe vai solicitar.

A Direcção Central pretende verificar quais os reflexos desses mesmos contactos e essencialmente saber qual a posição do Governo face às reivindicações apresentadas.

Espera-se que as entidades contactadas até aqui tenham, de facto, manifestado o apoio prometido junto do Ministério da Defesa.

Além disso, espera-se, sobretudo, que os contactos até agora pela Associação com o secretário de Estado da Defesa tenham produzido alguns resultados

concretos, os quais se pretende agora analisar com o senhor ministro.

Para além dos contactos com entidades noticiados em números anteriores do «Elo», há a referir mais alguns realizados ultimamente.

Assim, no dia 30 de Maio, a Direcção da Associação foi recebida pelo vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Marques Mendes. Na sequência da exposição feita pela ADFA, verificou-se uma franca receptividade às questões apresentadas, muito especialmente quanto à necessidade de recriação da CMRA, com o que aquele deputado concordou inteiramente, tendo prometido contactar directamente o ministro da Defesa para lhe manifestar essa concordância.

No dia 24 de Maio realizou-se uma reunião com o chefe de Gabinete do chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Machado, que, em nome do CEMA, expressou todo o apoio da Armada para as reivindicações da Associa-

ção, muito especialmente, também, para a reposição em funcionamento da CMRA. O almirante Sousa Machado referiu, a propósito, que os militares não se podem alhear do problema dos deficientes das Forças Armadas.

De todas as entrevistas solicitadas, falta realizar-se ainda uma fundamental. Trata-se da audiência com o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, garantida já para breve.

Esta audiência é da maior importância, já que a posição do CEMGFA é sempre determinante para as decisões a tomar pelo Governo sobre os deficientes das Forças Armadas.

Também quanto à Assembleia da República faltam ainda as audiências com os Grupos Parlamentares do CDS e do MDP/CDE, que deverão, espera-se, realizar-se também em breve, pois foram solicitadas há já bastante tempo.

PARA GARANTIR A PAZ NA EUROPA

Em Moscovo, as 4 organizações internacionais dos antigos combatentes: a Federação Mundial dos Antigos Combatentes, a Federação Internacional de Resistentes, a Confederação Europeia dos Antigos Combatentes e a Confederação Internacional dos Antigos Prisioneiros de Guerra, reuniram-se em Comité de Coordenação em 13 e 14 de Março de 1984.

A. Jelton, presidente do Comité Soviético dos Antigos Combatentes, saudou os participantes.

Durante as sessões, foram trocados pontos de vista sobre numerosos problemas internacionais, num espírito de cooperação construtiva e com a aspiração comum de travar a corrida aos armamentos, eliminar as ameaças de guerra, e edificar a paz no Mundo.

Foi decidido reunir em Belgrado em 18, 19 e 20 de Outubro de 1984, uma conferência dos antigos combatentes e vítimas de guerra que tratará essencialmente da aplicação da Acta Final de Helsínquia e o tratamento a dar ao documento de fecho da conferência de Madrid.

Foram discutidas questões relativas à segurança, ao desarmamento e à cooperação na Europa.

Os dirigentes das organizações internacionais dos antigos combatentes foram recebidos pelo presidente do Soviete Supremo da URSS, A. Chitikov.

Os participantes depuseram uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido.

HÁ 10 ANOS

OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEPOSITARAM

AS SUAS ESPERANÇAS NA ORGANIZAÇÃO POR ELES PRÓPRIOS CRIADA

Foi com grande entusiasmo que, após conquistada a liberdade de associação com o 25 de Abril de 1974, os Deficientes das Forças Armadas se empenharam na criação e desenvolvimento da ADFA.

Na sequência das movimentações realizadas antes do 25 de Abril por alguns deficientes, mas sobretudo devido ao descontentamento e revolta marcados entre todos e à urgente necessidade de lhes dar expressão, a criação e implantação da ADFA foram actos naturais, espontâneos, há muito aguardados, uma espécie de torrente seguindo livre e até brutalmente o seu curso depois de rebentado o dique que a sustinha.

A adesão dos deficientes foi maciça. A determinação em fazer avançar e afirmar a Associação era comum a todos. Todos (cada qual mais apressado e radical) empurravam de forma entusiástica e firme a ADFA para uma actuação reivindicativa intransigente. A Associação só não contou logo nos primeiros dias com milhares de sócios, porque materialmente não era possível, devido à sua dispersão por todo o País. Mas as centenas que, mais próximos, logo acorreram ao Palácio da Independência representavam indubitavelmente todos os outros, porque os problemas eram os mesmos e a vontade de resolvê-los também era a mesma.

A forma abrupta como a Associação surgiu tem, pois, a sua razão de ser. O seu discurso contudente e a sua acção dinâmica, quase agressiva, tinham um fundamento humano bem explicável pela necessidade que os deficientes tinham de serem considerados cidadãos úteis a si próprios e à comunidade, o que lhes tinha sido ostensivamente negado. A entusiástica adesão aos ideais do 25 de Abril evidenciava a consciência do aproveitamento que o regime tinha feito das suas vidas jovens numa guerra que nada lhes dizia; revelava a vontade firme de participarem na construção de uma sociedade nova, mais justa, diferente daquela que os marginalizou e desprezou só por terem uma deficiência física ou mental notória; mostrava a força e capacidade que afinal tinham e não lhes era reconhecida, para se empenharem na resolução dos seus próprios problemas e nos da comunidade em geral, porque a questão dos deficientes diz respeito a toda a população. Enfim, a ligação da ADFA ao 25 de Abril e ao Movimento das Forças Armadas revela a lúcida tomada de consciência dos deficientes não só sobre as circunstâncias em que as suas vidas foram postas em risco e comportamento marginalizante de que depois foram vítimas, como as suas reais capacidades para se afirmarem perante a sociedade como cidadãos de estatuto inteiro.

A acção da ADFA, nos primeiros tempos, tem, pois, como

fundamento a revolta e os anseios dos seus sócios, um fundamento exclusivamente humano. Os reflexos disso, claro, incidiam sobre o social, já que só aí se poderiam encontrar os remédios para os males de que os Deficientes das Forças Armadas padeciam.

Politicamente, a acção da ADFA era-o tanto quanto o tinha sido a do MFA ao derrubar o regime e abrir o caminho para uma sociedade mais justa. Manteve, desde o início, o necessário distanciamento em relação às forças políticas, cuja actuação denunciava mais uma ânsia de poder (sem excepção) do que uma dedicação desinteressada à edificação de uma sociedade justa, à medida do próprio Homem, liberta dos esquemas de atropelo e marginalização dos mais fracos.

O entusiasmo da Associação e a sua esperança numa sociedade melhor haviam de definir à medida que no seio do MFA cresciam as contradições, se formavam as facções permeáveis à manipulação partidária.

Para ilustrar alguns aspectos desta pequena introdução, recordamos agora alguns acontecimentos dos primeiros dias da vida da ADFA.

Depois das várias reuniões clandestinas realizadas antes do 25 de Abril, foi fácil, agora, em liberdade, promover uma reunião que equacionasse os problemas dos deficientes em face da nova situação política. Assim, no dia 14 de Maio de 1974, um grupo de Deficientes das Forças Armadas (cerca de 20) reuniu numa casa particular em Lisboa (do actual sócio n.º 6, Ivo Oaulino). Logo nessa reunião, foi decidido arrancar com a criação de uma organização que congregasse todos os deficientes militares e defendesse os seus direitos. Para isso, foi eleita uma comissão «ad hoc», encarregada de coordenar todas as diligências nesse sentido. Logo ali, ficaram claros alguns princípios orientadores dessa organização, o que, aliás, era normal, visto que tinham já, anteriormente, sido suficientemente debatidos. Dessa reunião saiu uma posição, tendente a abrir os caminhos para a afirmação da Associação, dirigida à Junta de Salvação Nacional.

Nesse comunicado, entregue no Palácio de Belém, depois de se referir «o ostracismo daqueles que no cumprimento de ordens contribuíram com parte integrante de si próprios para o despertar da consciência nacional», anunciava-se um «esforço árduo perante uma Nação alheia às verdadeiras capacidades do mutilado, que foi sempre rotulado de desgraçado e coitadinho, imagem que queremos destruir». Concretamente, solicitava-se a extinção dos organismos de índole caritativa e pedia-se condições para a organização representativa dos deficientes militares. Neste

comunicado expressava-se ainda a convicção de que os Deficientes das Forças Armadas poderiam ajudar Portugal «na emancipação para a liberdade».

Convém aqui dizer que desta comunicação a ADFA nunca obteve qualwuer resposta.

Por outro lado, através de diligências junto do Movimento das Forças Armadas, a Comissão «ad hoc» conseguiu, logo no dia 16 de Maio, a cedência de uma sala do Palácio da Independência, para aí se realizarem as reuniões de deficientes, que passaram a ser diárias.

O Palácio da Independência, sede da Mocidade Portuguesa (um dos pilares ideológicos do regime derrubado), foi ocupado logo nos dias que se seguiram ao 25 de Abril pela população de Lisboa, que, simbolicamente, o ofereceu ao MFA. Foi, pois, quando o Palácio estava à sua guarda, que o MFA cedeu uma sala à Associação.

Disponha-se, assim, de um espaço físico, que passou a ser palco de intensa actividade.

No dia 22 de Maio, numa dessas reuniões diárias no Palácio da Independência, os Deficientes das Forças Armadas aprovaram novo comunicado, que enviaram à Junta de Salvação Nacional.

Neste comunicado, anunciava-se a existência, de facto, de uma Associação dos Deficientes das Forças Armadas, solicitando-se, ao mesmo tempo, o seu reconhecimento oficial. Além disso, adiantavam-se, desde logo, algumas pretensões concretas: criação de «uma repartição governamental que trate exclusivamente dos assuntos dos deficientes» e «publicação de nova legislação, elaborada mediante prévia audiência da Associação». Comunicava-se ainda à Junta de Salvação Nacional que os Deficientes das Forças Armadas tinham decidido exigir a extinção da Liga dos Combatentes dado que se tratava de «uma organização enfeudada ao antigo regime, que nada fez para a resolução dos problemas dos militares deficientes».

A Associação reclamava «a utilização das instalações da Liga e a absorção do seu património».

Também desta vez, a ADFA não obteve qualquer resposta.

Os contactos oficiais (sempre difíceis) tiveram que seguir a via do Ministério da Defesa Nacional, onde a Comissão «ad hoc» se apresentou, reclamando o reconhecimento da Associação e a resposta às reivindicações que foram depois explicitadas em documento próprio.

Estes alguns factos dos primeiros dias da ADFA, certamente agradáveis à memória dos que os viveram e de interesse para os sócios mais retardatários que ainda os não conheciam.

ADFA E DEFICIENTES DE GUERRA DA GUINÉ-BISSAU ESTABELECEM RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO

Conforme já noticiado no último número do «Elo», deslocou-se a Lisboa uma delegação da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, tendo, no passado dia 7 de Maio, tido um encontro com a Direcção Central da ADFA.

Nesta reunião, que teve lugar na sede da ADFA, realizada a solicitação daquele organismo da Guiné, foi abordada a problemática dos deficientes de guerra, tendo manifestado os responsáveis guineenses a intenção de criarem, no seu país, uma instituição, independente do Estado, que congregue os combatentes e vítimas de guerra e defenda os seus interesses. Para já, dispõem apenas do referido organismo governamental, que funciona na dependência directa do presidente do Conselho da Revolução.

A delegação guineense, composta por José Saiegh e Alexandre Furtado, da Se-

cretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, o primeiro, director-geral deste departamento, e ainda pelo Conselheiro Constantino Lopes da Costa, da Embaixada da Guiné em Portugal, entende que a ADFA, com a sua experiência, poderá ser de alguma utilidade para o arranque e desenvolvimento da organização a criar. A Direcção da ADFA, por seu turno, colocou-se ao inteiro dispor, po-

dendo a cooperação da Associação ir ainda mais longe, nomeadamente em processos como a elaboração de legislação, recuperação funcional, integração socio-profissional e outros aspectos técnicos da reabilitação, para o que se contará com toda a experiência e saber adquiridos ao longo destes 10 anos, com realce especial para o campo da adaptação de próteses e ortóteses.

A Guiné está já a fazer um esforço no sentido de reintegrar os deficientes militares, tendo sido criado um centro de reabilitação e estando a ser incentivado a criação de cooperativas, além de ter sido já estabelecida a prioridade na obtenção de emprego.

A cooperação entre os Deficientes das Forças Armadas Portuguesas e os da Guiné irá reflectir-se a nível da própria Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), organização internacional em que estes últimos também pretendem filiar-se.

Neste encontro foi ainda abordada a questão dos milícias, ou seja, dos naturais da Guiné que combateram integrados nas Forças Armadas Portuguesas e aí se deficientaram, especialmente daqueles que optaram pela nacionalidade guineense e que terão necessidade



Durante a reunião na Sede da ADFA

de apoio específico para a sua integração socioprofissional. Os elementos da delegação da Guiné mostraram-se receptivos a esta questão, a qual, aliás, é do âmbito da Comissão Mista (Guiné e Portugal), que irá reunir, em princípio, em Outubro próximo.

Este foi um primeiro contacto, a que se seguirão outros, no sentido de concretizar uma cooperação real entre os deficientes dos dois países, que será útil para ambas as partes. Para já, além de ficarem a conhecer a ADFA e os seus objecti-

vos, que lhes foram explicados, os elementos da Guiné ficaram a saber que, por parte da ADFA há toda a disponibilidade para estabelecer as melhores relações de cooperação e amizade com os deficientes da Guiné, sem preconceitos nem ressentimentos por terem sido «inimigos» na guerra, guerra em que os soldados portugueses apenas cumpriam um dever militar, sendo a sua responsabilidade do poder político de então, que a ninguém, nem aos próprios militares, perguntava se era justa ou não.

CITRÖEN — VENDE-SE

VENDO CITRÖEN GS-1220
EMBRAIAGEM AUTOMÁTICA
FORNEÇO COMANDOS MANUAIS
DE ACÉLERADOR E DE TRAVÃO
BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO
SUJEITO A EXPERIÊNCIA

Trata o próprio (Sócio n.º 8327) — Tel. 78 18 15

a partir das 20 horas

O MOVIMENTO DE DEFICIENTES EM PORTUGAL

NOVA LEI ORGÂNICA DO SNR CRIA EXPECTATIVA

Entrevista com LOMELINO VÍCTOR (1)

Continuando o trabalho iniciado no último número do «Elo», sobre o movimento de deficientes em Portugal, nos últimos dez anos, publicamos hoje a primeira parte de uma entrevista com LOMELINO VÍCTOR, que foi secretário adjunto do 1.º Secretariado Nacional de Reabilitação, na qual é focada a acção do SNR, além da referência ao movimento de deficientes antes e após o 25 de Abril.

Lomelino Víctor, deficiente motor, DFA, sócio da ADFA, todavia, um dos fundadores da Associação Portuguesa de Deficientes, em 1972, desde 1974 —, juntamente com outros camaradas que tinham admitido a necessidade, já antes do 25 de Abril, de dar à APD uma feição diversa daquela de que estava imbuída desde 1972 — esteve à frente dos destinos da APD, até 1976, ano de que datam os estatutos que só agora foram substituídos por outros, tendo acompanhado as acções e esforços da APD e da ADFA, no sentido da criação do Secretariado Nacional de Reabilitação. Foi Secretário-Adjunto do SNR, enquanto esteve à frente do 1.º Secretariado Nacional de Reabilitação a dr.ª Maria João de Vasconcelos, desde a sua criação em 1977 até Dezembro de 1980.

Antes do 25 de Abril, Direitos eram estrangulados

Embora criada em 1972, logo a APD viu a sua acção limitada, começando os próprios dirigentes de então, apesar de não hostis ao regime, a serem olhados com reservas. Sobre este período ainda, considera Lomelino Víctor que a criação da Comissão Permanente de Reabilitação, em Setembro

de 1983, teve fins meramente eleitoralistas.

Logo após a Constituição da APD, rapidamente se criaram fracturas que tinham que ver com a diferença de perspectivas por parte das pessoas que a fundaram. Dessas fracturas resultou uma lista que se propôs às eleições, dois meses antes do 25 de Abril, tendo a Assembleia Geral em que deveriam processar-se as eleições sido boicotada. Foram, todavia, as pessoas da

mesma lista que foram eleitas para os órgãos sociais da APD, em 29 de Maio de 1974.

Lomelino Víctor, Orlando Monteiro, Carlos Pereira e José Subtil, tinham-se apercebido durante o anterior regime que a luta dos deficientes não é uma luta corporativa. O reconhecimento da luta dos deficientes, dos seus direitos e o seu exercício efectivo iriam colidir com todos os condicionamentos políticos impostos pela ditadura. Se a ditadura não tem caído, a APD acabaria por vir a ser objecto das diversas formas de estrangulamento que o Estado Novo impunha a qualquer tentativa de expressão de direitos ou de reivindicação de liberdades.

Também as mesmas dificuldades à acção da APD se puseram perante as tentativas de acção dos meus camaradas militares que já antes do 25 de Abril constituíram um certo «alfobre» de onde viria a resultar a Constituição da ADFA.

25 de Abril liberta movimento de deficientes

Derrubado o regime fascista, Portugal assistiu a uma movimentação geral dos deficientes, sem precedente na nossa história.

As acções da ADFA e da APD, relativamente a 1974-1975, foram algo diferentes, mas pode dizer-se que para ambas foram dois anos extremamente ricos que se prolongaram para 1976. Anos em que tanto uma como a outra associação criaram raízes, consolidaram os meios mínimos de actuação. A ADFA, logo imediatamente após o 25 de Abril, conquistou a sua sede no Palácio da Independência; a APD também a obteve em instalações pertencentes à Fazenda Pública. Garantiram-se meios materiais mínimos e isso permitiu ir para a frente e começar a intervir nos campos social e político.

No campo social, fundamentalmente, a ADFA grangeou uma enorme simpatia junto da população, não se podendo aliás dissociar a criação e a rápida implantação da ADFA do que foi efectivamente o 25 de Abril; uma revolução que visou não só restituir ao povo português a ordem democrática, como também pôr fim à guerra colonial. E os mortos, os deficientes e os seus familiares foram efectivamente as grandes vítimas da guerra colonial, as suas vítimas mais imediatas. Não admira, pois, a adesão espontânea da população, face à constituição e aos propósitos duma Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

A Associação Portuguesa de Deficientes tinha uma outra feição distinta, mas extremamente generosa; a de tentar reunir todos os deficientes, portadores de qualquer tipo de deficiência, de qualquer idade, de ambos os sexos, na perspectiva de

que, ao fim e ao cabo, há um conflito entre a sociedade e o deficiente.

A ADFA e a APD na criação do Secretariado Nacional de Reabilitação

Dentro da análise do que foi a vida da APD, até à criação do SNR, sobressaem os esforços para dotar a APD das infra-estruturas e meios de acção mínimos e indispensáveis, e o papel da APD para a criação do SNR, juntamente com a ADFA.

Dedicámos os nossos esforços, quando foi possível, a negociar com o poder político a criação de um organismo ao qual fossem atribuídas a concepção, a planificação e a articulação da política de reabilitação em Portugal, política que teria e terá sempre que passar pelos mais diversos ministérios, pelo poder local, pela iniciativa dos cidadãos. Nesse sentido, com sucesso, e conjuntamente com a ADFA, convencemos o Governo em 1976 de que era necessário a existência desse organismo e a APD e a ADFA, presentes no grupo que produziu o projecto do SNR, foram quem, em boa verdade, criou o SNR, na altura, lutando até, devo dizê-lo, contra a incompreensão e por vezes até hostilidade de muitos técnicos, que no sector público trabalhavam na reabilitação dos deficientes, porque cada um gostava muito de ser senhor da sua coutada.

1.º SNR arrancou do zero

Tendo sido secretário-adjunto do 1.º SNR, solicitámos a Lomelino Víctor um pequeno balanço da acção do primeiro Secretariado.

Para fazer uma avaliação do mandato exercido pela primeira equipa dirigente do SNR, é preciso ter presente que quando a dr.ª Maria João Vasconcelos tomou posse a única coisa que havia era o Diário da República que publicava o diploma constitutivo do SNR. Foi preciso efectivar a instalação, criar o próprio SNR. Passaram-se largos meses desde a sua posse, em 29 de Novembro de 1977, até que se conseguissem as instalações que hoje o SNR possui e o equipamento do edifício, para se passar depois ao recrutamento do pessoal.

Passada a fase de instalação ao longo do seu primeiro ano, o 1.º SNR defrontou-se com sucessivos governos constitucionais de natureza diferente daquele que nomeara o primeiro secretário do SNR. Aquilo que sempre se admitiu como corolário da própria ideia da criação do SNR e da sua natureza como instrumento para a definição e execução de uma política de reabilitação, que o Secretário Nacional de Reabilitação fosse uma pessoa da confiança política do Governo — deixou, a breve trecho, de ser uma realidade. Nos seus dois últimos anos de exercício o primeiro Secretário Nacional de Reabilitação trabalhou, sucessivamente, com quatro Governos; sempre

que cada um era empossado repetia-se um inevitável processo de esclarecimento dos objectivos a prosseguir, da vontade política que o poder teria que manifestar e empenhar, de confirmação ou de renovação dos vogais ministeriais ao Conselho Nacional de Reabilitação, etc.

Não foi fácil.

Criação de infra-estruturas próprias

Essa fase do Secretariado foi fundamentalmente voltada para a criação de infra-estruturas próprias e internas. Isso não obsta, todavia, a que o SNR tivesse gizado os primeiros planos globais de acção que faziam intervir os ministérios essenciais numa concepção global de política de reabilitação e tivesse conseguido que fossem publicadas algumas medidas, ainda que parcelares. Lembro-me da regulamentação de uma lei que carecia de regulamentação, a lei sobre a aquisição de veículos para deficientes, lei essa regulamentada em colaboração com o Ministério das Finanças. Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Reabilitação do SNR, em conjugação de esforços com os técnicos do Ministério de Educação, dos Assuntos Sociais, e da Secretaria de Estado do Emprego, definiu todo um programa de educação pré-profissional para crianças e jovens deficientes, trabalho de muito mérito e de muita qualidade e cujos resultados começaram já, vivamente a fazer-se sentir.

No campo da Segurança Social estabeleceu-se uma intervenção junto da Secretaria de Estado em domínios sobre reparação de deficientes do trabalho e doenças profissionais e data também dessa altura a constituição de grupos de trabalho que visaram estabelecer medidas com vista à inserção competitiva de deficientes no mercado de trabalho, e à criação de centros de trabalho protegido e de centros de ocupação pelo trabalho para os deficientes com maiores «déficits». Data dessa altura, também, o início dos trabalhos de adequação das normas vigentes na função pública que viabilizassem o acesso de deficientes a postos de trabalho na função pública e a sua manutenção. O SNR trabalhou em colaboração e muito insistentemente com a Segurança Social na criação do subsídio mensal vitalício. Relativamente, porém, a outros esquemas de apoio financeiro a cargo do orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Social, elas foram criadas e desenvolvidas sem audição do Secretariado, dado que a mesma Secretaria de Estado se mostrou sempre avessa em harmonizar a sua competência própria com a acção de coordenação, para cujo exercício, afinal, o SNR foi criado.

Crítica à acção do 2.º SNR

Quanto à acção do SNR durante o período do 2.º Se-

cretário Nacional, pouco posso dizer porque me afastei completamente. Apenas posso dizer, como cidadão e espectador, que não me apercebi de quaisquer resultados imediatos e significativos da acção do SNR, facto ou situação tanto mais estranho e lamentável quanto ter sido nesse período que se comemorou o Ano Internacional do Deficiente.

Todavia, tenho a certeza que no SNR, e agora refiro-me às estruturas internas do Secretariado, aos técnicos que nele trabalham, as pessoas trabalharam como vinham já a trabalhar e continuaram a dar o melhor do seu esforço e da sua capacidade. Presumo ainda que através de algumas comissões constituídas no âmbito do AID se produziram trabalhos de valia, que ainda não deram lugar à adopção de qualquer medida que se projectasse na esfera de qualquer deficiente, mas que, com certeza, forneceram contributos para a definição e delimitação de objectivos estratégicos.

O trabalho levado a cabo pelo SNR

Se me permite, desejaria desenvolver um pouco mais este tema: o trabalho que é levado a cabo pelo SNR. É pena que, para além das entidades públicas e privadas e das pessoas que mais directamente cooperam com o Secretariado, este seja mal compreendido e pouco conhecida a sua acção. Vejamos porquê.

Todos os deficientes, todas as famílias que têm um deficiente no seu seio, esperam que o SNR consiga, com bastante eficiência e presteza, preparar e fazer publicar, pelos mais diversos Ministérios, diplomas que adoptem as medidas que permitam que os mais justos, os mais imediatos, os mais gritantes direitos dos deficientes passem a poder ser efectivados: acesso a profissionalizações não elementares, acesso às diversas formas e áreas de exercício laboral, acesso a uma habitação económica e arquitectonicamente compatível, acesso a todas as formas de apoio médico e de reabilitação, a todas as formas de educação, etc.

Acontece, porém, que nestas áreas, como nas demais, a natureza da intervenção do SNR se é um novo desafio, é também ingrata, pois, as mais das vezes, as medidas apontadas não é dada «saída política» pelos Governos e são, ciosamente, guardadas nas gavetas.

Ao trabalho tido segue-se a decepção, a dos técnicos dos secretariados e a nossa (se acaso viermos a saber do que se passou).

Porém, os técnicos de reabilitação do SNR têm vindo, há já anos, a explorar e desenvolver vias para a criação de infra-estruturas em vários domínios da reabilitação, ensaiando experiências em comunidades, explorando possibilidades de trabalho articulado com o Poder Local, consolidando

(Continua na 10.ª pag.)

Novo FORD ORION
Moderno em Estilo clássico



Tecnologia e concepção modernas. FORD ORION: um tração à frente, com motor 1.3 e 1.6 e caixa de 5 velocidades, com o espaço, o conforto e a "performance" dos carros grandes e dispendiosos, mas com a economia de consumo e manutenção, a facilidade de manobra e preço de um carro mais pequeno.

	1.3 GL	1.6 GL
Cilindrada	1.296 cc	1.597 cc
Potência (CV)	69 (51) / 6000	79 (58) / 5800
Veloc. Máx.	157 Km/h	167 Km/h
Consumo:		
a 90 Km/h	5,3 Litros	5,2 Litros
» 120 Km/h	7,0 »	7,0 »
Urbano	8,5 »	8,5 »
Médio (ELA)	7,3 »	7,3 »

OS SÓCIOS

interessados em adquirir uma viatura da gama Ford podem fazê-lo através do sócio ANTONIO BERNARDES, comissionista da referida marca,

Telef. 2431951 ou 362167 — ADFA

COZINHAS MODELADAS SEVERINO PINTO CALDAS
(EX-TRABALHADOR DA SECRETARIA)

Vende cozinhas modeladas. Alta qualidade Encarrega-se da aplicação de papéis de parede e alcatifas.

Telefs.: 2512751 e 334453

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ORTOPEDIA, LDA.
PRÓTESES, ORTÓTESES E MATERIAL HOSPITALAR.
CADEIRAS DE RODAS DE TODOS OS MODELOS

Administração e Serviços Técnicos:
Av. Almirante Reis, 173, r/c Esq. — Telef. 40982 — LISBOA
(Junto ao Hospital de Arroios)

Salão de Vendas:
Av. Almirante Reis, 173-A — Telef. 557220

DIA 16 E 17 DE JUNHO EM VILA DO CONDE

CONVÍVIO NACIONAL DE SÓCIOS

Como é do conhecimento, de acordo com notícia divulgada no último número do «ELO», realiza-se nos próximos dias 16 e 17 de Junho, em Vila do Conde, com um vasto programa de actividades, o convívio Nacional de sócios, para o qual deverão ser previamente feitas as respectivas inscrições na sede ou em qualquer delegação da ADFA.

Programa

SÁBADO, dia 16:

- 13.00 horas — Abertura do Acampamento
- 16.00 horas — Futebol: ADFA-Velhas Guardas de Vila do Conde

DOMINGO, dia 17:

- 8.00 horas — Abertura das instalações da Delegação do Porto e visita às mesmas
- 9.00 horas — Partida da Delegação do Porto de uma prova de cicloturismo, com a colaboração técnica do Centro Cicloturístico de Leça da Palmeira, com o seguinte itinerário: Carvalhido, Monte dos Burgos, circunvalação, via-rápida, estrada do Aeroporto, Moreira da Maia, Trofa e Vila do Conde.
- 9.30 horas — Abertura oficial do convívio com a presença de fanfarra
- 11.00 horas — Corrida em cadeira de rodas, com partida junto aos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde.
- 11.00 horas — Corridas para os mais jovens, jogos de malha, damas, xadrez e ténis de mesa (no local do convívio).
- 12.30 horas — Almoço-convívio
- 14.30 horas — Sessão protocular
- 15.00 — Tarde cultural, com a presença de vários grupos musicais e artistas, nomeadamente: Associação Recreativa «Os Resaturadores de Brás-o-Liro», Centro de Reabilitação Vocacional do Porto, Conjunto Típico «Estrela do Mar» de Felgueiras, Rancho Folclórico de Angúras.
- 19.00 horas — Encerramento

Local do convívio

O local para a realização do convívio é na colónia de Férias do Centro Regional de Segurança Social em Vila do Conde, sito na Estrada Nacional Porto-Vila do Conde, junto à Praia, na Figueira da Árvore.

Este local reúne as condições ideais para a realização

deste convívio com a envergadura que já possui e que de ano para ano vem aumentando.

Acampamento

No local do convívio existe um espaço reservado aos sócios que queiram acampar nos dias 16 e 17. Esta uma boa oportunidade para os campistas sócios da ADFA convivirem e se juntarem, podendo mesmo vir a ser um oportuno



ponto de partida para um oportuno acampamento Nacional de sócios e familiares.

Ementa e Preços

A ementa consta de: Caldo verde, sardinha assada, febras grelhadas, frango no churrasco, vinho «de uva», pão, água e refrigerantes.

Os preços da refeição por pessoa são os seguintes:

Sócios e familiares.....	400\$00
Crianças até 10 anos.....	grátis
Crianças dos 10 aos 15 anos.....	200\$00
Outros.....	500\$00

Inscrições

Os sócios interessados em participar nas provas desportivas (futebol, corridas em cadeira de rodas e na Prova de

Cicloturismo) devem inscrever-se na sede ou na delegação do Porto até às 18 horas do dia 11 de Junho.

Almoço

As inscrições para o almoço devem ser feitas nas delegações ou sede da ADFA até ao próximo dia 11 de Junho.

Transportes

Muitos sócios utilizarão o seu meio de transporte próprio, pelo que voltamos a publicar um pequeno esquema das vias de acesso ao local do convívio.

Os sócios da zona de Felgueiras estão a organizar-se no sentido de se deslocarem ao convívio com um autocarro. Os sócios de outras zonas que queiram tomar semelhante iniciativa devem contactar a delegação do Porto, onde funciona a organização deste convívio.

Transportes especiais Dia 17

Aos sócios que utilizem os transportes públicos, no dia 17, será garantido transporte de acordo com horários e itinerários abaixo indicados de Campanhã-Porto e Póvoa do Varzim.

Partidas da Estação de Campanhã para o local do convívio, assegurando o transporte dos sócios que se deslocem de comboio:

Campanhã (estação)	9.15h.	10.45h.	12.30h.
Delegação do Porto	9.45h.	11.15h.	12.45h.
Padrão Moreira	10.00h.	11.30h.	13.00h.
Vila do Conde (chegadas)	10.30h.	12.15h.	13.30h.

Partida da Praça do Almada na Póvoa do Varzim, passando junto ao Mercado de Vila do Conde até ao local do Convívio. Este autocarro servirá para assegurar os sócios que se deslocem de Viana do Castelo, Barcelos, Famalicão, Braga e Guimarães.

Partidas da Praça do Almada-Póvoa do Varzim: 10.00h. — 11.00h. — 12.00h. — 14.00h. — 15.00h.

Para o regresso haverá transportes do local do convívio para a Estação de Campanhã e para Vila do Conde a partir das 17.00h. e com intervalos de uma hora.

Prevê-se que haja uma grande participação, na ordem de algumas centenas, na prova de cicloturismo. Nesta prova serão distribuídas medalhas a todos os participantes e placas às equipas com mais de 5 elementos.

Para a organização deste convívio obtivemos um grande apoio e colaboração das autarquias locais da região, nomeadamente da Câmara Municipal de Vila do Conde quer quanto a apoio material, humano e logístico quer também quanto à problemática do deficiente. A referida Câmara irá propor à Assembleia Municipal que uma rua daquela vila seja denominada Rua dos Deficientes das Forças Armadas.

A organização deste convívio realizado sob proposta da comissão encarregada de levar a cabo as comemorações do 10.º Aniversário, conta com todo o apoio da delegação do Porto sita na Rua Pedro Hispano, 1105.

JANELA INTERIOR-6

PROBLEMAS EM RELAÇÃO AO SEXO EXIGEM ATITUDE ABERTA E SAUDÁVEL

A actividade sexual pode, por vezes, ficar afectada pela deficiência, sobretudo nos casos em que ela vai alterar a frequência e a harmonia que antes satisfazia a ambos os companheiros.

Para alguns deficientes, estes problemas são ultrapassados, mas naturalmente nos casos mais graves, podem acontecer estados de angústia, num ou nos dois companheiros.

Quando duas pessoas deficientes decidem fazer vida em comum, ou se só um deles é deficiente, torna-se pertinente que ambos, em conjunto, façam uma prévia reflexão sobre todos os aspectos que essa decisão implica.

Caso não seja considerado esse aspecto, é provável que possam surgir, mais tarde, desajustamentos de ordem sexual.

Porém, este não é o único aspecto que deve ser discutido, pois o desempenho de tarefas domésticas, a manutenção económica ou a atribuição de papéis, são aspectos que devem ficar bem assentes, até porque, muitas vezes, é necessário adoptar esquemas, que, para serem viáveis, terão de fugir aos esquemas habituais da maioria das pessoas.

Quando a deficiência ocorre depois do casamento, poderá ser necessário adoptar uma atitude semelhante.

Muitas vezes acontece que, o que ficou deficiente, fica a parecer outra pessoa completamente diferente, aos olhos do outro, mas de facto, ele ou ela, mantém-se como pessoas que eram, com as suas características próprias, embora as aparências tenham de facto mudado.

É muito importante o modo como a deficiência é encarada, por ambos.

Enquanto que a alguns não incomodam nem preocupam as alterações que o corpo apresenta, outros acham certos tipos de deficiência, particularmente desagradáveis, o que torna muito difícil o assumir, ao mesmo tempo, o papel de enfermeiro(a) e de companheiro(a) sexual do(a) deficiente.

Os problemas sexuais, mesmo os de ordem física, são empolados quando não há uma atitude aberta e saudável em relação ao sexo.

Assim, muitas vezes, por timidez e vergonha, o casal não consegue descobrir ideias ou práticas diferentes, das que sempre praticaram, e assim nem sequer tocam no assunto.

J. P. Valente dos Santos

PUBLICIDADE NO ELO

O ELO está aberto à publicidade. Os interessados podem contactar o Gabinete da Redacção do jornal ou a nossa angariadora de publicidade Paula Soares durante as tardes, na sede.

CAMPISMO

Conforme tem sido amplamente divulgado através do «ELO», a Secção de campismo da ADFA tem procurado obter lugares para os nossos sócios e familiares nos diversos Parques de Campismo existentes no nosso país. Dos contactos efectuados recebemos já algumas respostas favoráveis, nomeadamente dos parques a Norte. Quanto aos parques da Zona Sul, talvez porque o número de candidatos é maior, não recebemos qualquer resposta pelo que voltaremos em breve a encetar novos contactos.

Parques com lugares para os nossos sócios

— O Parque de Campismo da Penha — Guimarães, dispõe de lugares para os nossos sócios durante todo ano, à excepção do mês de Agosto, com estadia inteiramente gratuita. Neste caso os sócios interessados deverão dirigir-se à delegação da sua área e pedir uma credencial para entregarem no referido Parque.

— O Parque de Campismo da Torreira, concelho de Murtosa, dispõe de cinco lugares para os nossos sócios cuja reserva terá que ser previamente feita pela ADFA. Assim, os sócios interessados deverão entrar em contacto com a Secção de Campismo que fará a respectiva reserva.

— O Parque Municipal de Braga, apesar de ser relativamente pequeno, dispõe também de lugares para os nossos sócios. Neste caso, os associados interessados em fazer campismo neste Parque deverão também obter na ADFA uma credencial da qual farão entrega no referido parque.

Os selos para renovação das Cartas de Campista Nacional, Internacional ou Juvenil, devem ser obtidos pelos titulares das cartas passadas através da ADFA, na sede ou na respectiva delegação.

Quando aos sócios portadores da Carta de Campista através de qualquer outra colectividade e que queiram fazer a sua transferência para a ADFA, devem dirigir-se à colectividade onde tiraram a carta e solicitarem que lhe seja autenticado o pedido de transferência, que todas as filiadas na FPCC possuem.

A SESSÃO SOLENE DO X ANIVERSÁRIO DA ADFA

A sessão solene comemorativa do X Aniversário da ADFA, em 14 de Maio, na sede, presidida pelo Almirante Silva Horta, em representação do Presidente da República, e com a presença do Doutor Pinto Baptista, em representação da Assembleia da República, do Doutor Anzelmo Rodrigues, em representação do Conselho de Ministros, do Secretário Nacional de Reabilitação, Augusto Bobela Mota, e de representantes dos chefes de Estado Maior do Exército, da Armada e da Força Aérea, constituiu prova do reconhecimento público e nacional que a ADFA alcançou e de que disfruta, e uma oportunidade significativa de colocar aos órgãos supremos da Nação as reivindicações da ADFA para 1984.

A primeira intervenção da sessão solene

A sessão solene do X Aniversário da ADFA, no passado dia 14 de Maio, evocando a data em que foi entregue à Junta de Salvação Nacional, em 1974 o primeiro caderno reivindicativo da ADFA, teve início cerca das 16 horas, registando a presença de inúmeras individualidades, destacando-se, além dos representantes dos mais importantes órgãos de soberania nacional, o Ministro da Administração Interna, representantes dos grupos parlamentares do PS, PCP e UEDS, da Câmara Municipal de Lisboa, os embaixadores da República Popular de Moçambique, e da Polónia, o representante da embaixada do Brasil, o Major Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, o representante da C.G.T.P., e diversos representantes de organismos e associações de e para Deficientes. Mais de duas centenas de pessoas, entre as quais inúmeros sócios, encheram o Salão Nobre do Palácio da Independência.

A mesa da Sessão Solene foi presidida pelo Almirante Silva Horta, em representação do Presidente da República, e constituída

pelo Doutor Anzelmo Baptista, em representação do Conselho de Ministros, pelo Secretário Nacional de Reabilitação, Augusto Bobela Mota, pelo Presidente da Direcção Central da ADFA, capitão Lopes Dias, pelo 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Joaquim Couceiro. A abertura da sessão foi feita pelo Presidente da Direcção Central, em nome do representante do Presidente da República, que após saudar todos os presentes passou a palavra a Garcia Miranda, a quem

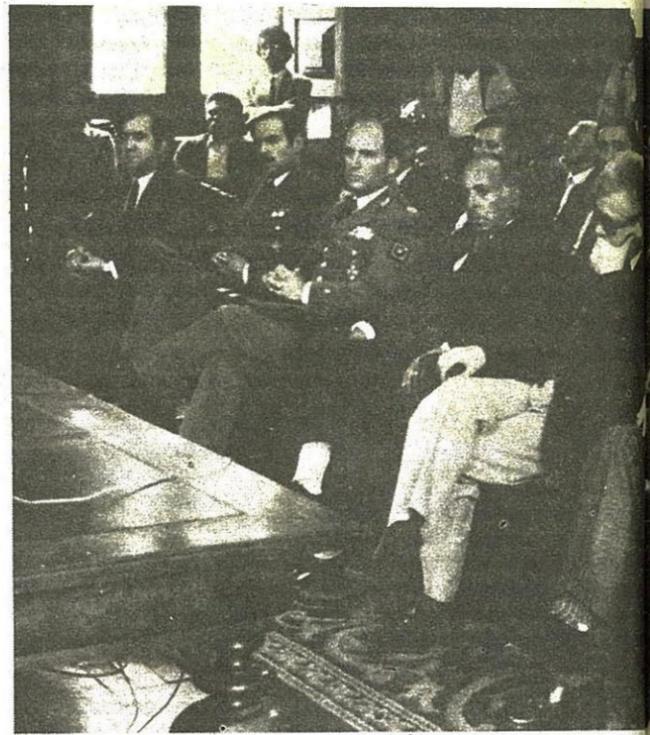
foi proferida pela Direcção Central da ADFA, traçando-se o historial da ADFA e um quadro actual da sua realidade e acção, voltada para o futuro. Do discurso proferido pelo representante do Presidente da República, destacava-se o reconhecimento do estatuto diferente que cabe aos deficientes das Forças Armadas, deficientes em consequência de decisões aceites em nome da sua *responsabilidade como cidadãos*. Do discurso do Secretário Nacional de Reabilitação, além do reconhecimento do importante papel e acção que a ADFA tem desempenhado, salientou-se que o *Secretariado envidará todos os esforços, no sentido de que as reivindicações da ADFA sejam conseguidas, dentro dos condicionamentos da conjuntura política e económica, em que se vive*.

cobriu a intervenção da Associação, *A Realidade da ADFA - 10 Anos de Existência*, calorosamente aplaudida, que transcrevemos nesta mesma página, tal como os discursos proferidos em seguida.

A intervenção da ADFA, seguiu-se o discurso proferido pelo Almirante Silva Horta, em nome do Presidente da República, tendo cabido ao Secretário Nacional da Reabilitação, Augusto Bobela Mota, proferir a última intervenção de fundo da sessão solene.

Um Porto de Honra, cujo

DIREITOS D



Aspecto geral da assistência

serviço esteve a cargo da Cooperativa Militar, constituiu o pano de fundo para a troca de impressões e contactos entre todos os presentes.

Seguiu-se a inauguração da estátua aos Deficientes

das Forças Armadas, do escultor Victor Paula, descrita pela Almirante Silva Horta, estátua colocada no átrio interno de entrada do Palácio da Independência, tendo sido feita numa breve apresentação da mesa-

A INTERVENÇÃO DA DIRECÇÃO CENTRAL

A REALIDADE DA ADFA — 10 ANOS D

Fundada em 14 de Maio de 1974, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas conta com 10 000 sócios efectivos e mais de 2000 em fase de admissão e representa todos quantos se deficientaram durante a prestação do serviço militar, bem como os familiares dos militares falecidos.

Romper as barreiras da marginalização

Nascendo logo após o 25 de Abril de 1974, depois de permitida a liberdade de associação, a sua génese remonta a algum tempo antes, através de um movimento evidenciador do descontentamento dos militares deficientes na Guerra Colonial perante a ausência de perspectivas de reintegração social.

Inconformada com os processos tradicionais de tratamento dos deficientes, apostados na alteração radical de atitudes marginalizadoras, a A. D. F. A. tomou posições críticas, não evitou choques e assumiu confrontos. Este o caminho, o único há dez anos como agora, capaz de romper as barreiras da marginalização.

O reconhecimento público da ADFA

A A. D. F. A. definiu pois, como primeiro objectivo, travar um diálogo profundo com a população, com os não-deficientes, recorrendo, para isso, aos órgãos de Informação e a contactos directos, que envolveram as mais variadas manifestações públicas.

O resultado foi espectacular. A luta dos Deficientes das Forças Armadas pela reintegração social, equacionada em termos de rejeição das tradicionais formas caritativas e protecionistas, foi entusiasticamente apoiada pelas pessoas, as mesmas que anteriormente utilizavam essas formas nas suas atitudes.

O direito à igualdade e não à diferença, a valorização das capacidades restantes e não da

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, a A. D. F. A. teve uma rápida implementação nacional dispondo hoje, além da sede em Lisboa, de 11 delegações (Bragança, Famalicão, Porto, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Faro, Funchal e Ponta Delgada).

Assim, o primeiro objectivo da A. D. F. A., depois da sua constituição, foi estabelecer um diálogo com a sociedade, a fim de procurar anular tal situação. A pena e a comiserção manifestadas por cada pessoa perante o deficiente tinham um fundo de solidariedade, mas esmagavam e humilhavam este último. A falta de liberdade para discutir publicamente este paradoxo permitia que a sociedade continuasse a marginalizar involuntariamente os deficientes, e os Deficientes das Forças Armadas não fugiam a esta regra. Quanto maior era a simpatia e solidariedade para com as vítimas da guerra, maior era a sua rejeição e afastamento.

deficiência, o direito ao trabalho e não à esmola; vida e não à resignação, são princípios que foram aceites e perfilhados pela população, no âmbito desse produtivo diálogo estabelecido logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, altura em que toda a vida em sociedade era repensada.

Os deficientes descobriram, que as pessoas não deficientes estavam totalmente disponíveis para os aceitar na sociedade como membros de pleno direito. A Sociedade percebeu que os deficientes eram afinal, pessoas com os mesmos sentimentos, as mesmas efectividades, as mesmas alegrias e sofrimentos, a mesma capacidade de amar e a mesma vontade de viver.

A mudança de atitudes, cimentadas pelo peso da incultura e pelo obscurantismo do regime que acabava de ser derrubado, não seria fácil e rapidamente operada. Mas foi estabelecida a ligação entre deficientes e a sociedade, reconhecidos aqueles como parceiros de uma discussão, o que é em Portugal, hoje, o maior garante de que a integração social é possível.

Estruturas e serviços desenvolvidos

Perante a inexistência de estruturas de reabilitação e coacção profissional, a ADFA criou os seus próprios serviços especializados, através dos quais presta directamente apoio aos Deficientes das Forças Armadas, no domínio da reabilitação e integração social, substituindo-se deste modo, ao próprio Estado, a quem cabe essa obrigação.

Assim, através de uma escola própria facultava-se uma formação cultural e profissional a muitos deficientes, que aqui frequentam o ciclo preparatório e o curso geral dos liceus, e especialmente para os naturais das ex-colónias, que se deficientaram nas Forças Armadas Portuguesas, foi criada uma escola de ensino básico, que tem sido fundamental para a sua integração, não só social, como cultural.

O incentivo à prática desportiva, sobretudo por grandes deficientes, constitui um contributo valioso, que também nesta área a ADFA tem fomentado com resultados bastante animadores, no domínio da reabilitação dos praticantes, como na sensibilização da opinião pública.

Através de contactos directos com as empresas, a ADFA nos primeiros anos, colocou centenas de associados em postos de trabalho.

Desta forma, a expressão organizativa dos deficientes ganhou reconhecimento público e passou a contar como um factor determinante na política nacional de reabilitação. Estava dado um grande passo. Estavam criadas condições para que de objecto passivo, o deficiente passasse a sujeito activo do próprio processo de integração social.

Implantando e desenvolvendo oficinas próprias, criou postos de trabalho e especializou directamente associados.

Na oficina de tipografia, em Lisboa, trabalham alguns deficientes de cadeiras de rodas cuja colocação no mercado do trabalho era difícil.

O centro de Meios Ortopédicos do Porto, um dos mais bem equipados do País, além de servir directamente os associados da ADFA, vem executando também trabalhos para outros deficientes. Para além da confecção de próteses e ortóteses, o centro tem anexo todo um serviço de recuperação, com médicos fisiatras e fisioterapeutas, que garantem uma completa reabilitação funcional e um pleno aproveitamento dos aparelhos adaptados.

Este centro da ADFA é apenas o embrião de um complexo ambicioso, cujos projectos estão já elaborados e obtidos alguns dos necessários apoios financeiros. neste complexo reabilitacional será desenvolvido um trabalho de investigação e aplicação de novas técnicas, forçando os serviços congé-

res, públicos ou privados, a voltarem-se para o progresso e a evolução, servindo melhor os deficientes.

Paralelamente à ampliação do centro de Meios Ortopédicos do Porto, encontra-se em vias de implantação um outro centro na delegação de Évora, seguindo-se depois igual iniciativa na Delegação de Ponta Delgada.

Para garantir o funcionamento das oficinas e dos outros serviços, a Associação tem cerca de cem trabalhadores, cujas despesas

Actividade associativa intensa

A par da sua acção junto da sociedade e do desenvolvimento de iniciativas próprias no domínio da reabilitação, a ADFA tem mantido uma actividade associativa muito intensa.

Desde a eleição dos Órgãos Sociais, através de campanhas muito participadas, até às Assembleias Gerais, passando por convívios, actividades desportivas e reuniões de trabalho, os sócios são chamados ao desenvolvimento de uma grande prática associativa.

Deste modo a ADFA tem-se afirmado como máquina afinada e sempre pronta para defender os interesses dos associados.

Desde os contactos com as entidades responsáveis, através dos órgãos directivos até manifestações públicas já realizadas, a ADFA tem mantido até agora, na consciência da opinião pública e dos governantes a existência de Deficientes

com salários e encargos sociais, bem como com todo o seu funcionamento são suportadas por um subsídio estatal, pelos resultados das oficinas e pela quotização dos sócios.

Grande parte dos trabalhadores da Associação, ocupa-se com a prestação directa de serviços aos sócios, desde informações, encaminhamento dos mais variados assuntos para as Entidades Cívicas e Militares, apoio social, assistência médica directa, e apoio jurídico.

das Forças Armadas com problemas ainda por resolver.

Em 1975, para forçar a publicação de legislação urgente, a ADFA levou a cabo um conjunto de acções públicas durante mais de dez dias, que haveriam de constituir uma importante referência da existência do Deficiente das Forças Armadas e do seu descontentamento perante a consciência nacional.

Já em 1974, a ADFA tinha feito uma manifestação chamando a atenção dos governantes para a necessidade de encarar os problemas dos Deficientes das Forças Armadas como reais e carecendo de solução urgente.

Em 1981, uma outra manifestação deixou clara perante a opinião pública a diferença entre os princípios do Ano Internacional do Deficiente e a política retrógrada

10 ANOS DE EXISTÊNCIA

DIREITOS DOS DEFICIENTES



Aspecto geral da assistência durante a sessão solene

serviço esteve a cargo da Cooperativa Militar, constituiu o pano de fundo para a troca de impressões e contactos entre todos os presentes.

Seguiu-se a inauguração da estátua aos Deficientes

das Forças Armadas, do escultor Victor Paula, descerrada pelo Almirante Silva Horta, estátua colocada no átrio interno de entrada do Palácio da Independência, tendo sido feita numa breve apresentação da mensa-

gem e significado da estátua pelo seu autor, Victor Paula. O concerto dado pela Orquestra Ligeira do Exército, dirigida pelo Capitão Amílcar Morais, maestro e compositor, no Teatro Nacional D. Maria II, constituiu o en-

cerramento da sessão solene. Entre outros, foram largamente aplaudidos os seguintes números: *Argentina*, Andrew Lloyd, *O Caçador*, the Shadows, *O Voo do Morcardo*, Rinsky Korsakov, *American Patrol*, Glen Mil-

10 ANOS DE EXISTÊNCIA

res, públicos ou privados, a voltarem-se para o progresso e a evolução, servindo melhor os deficientes.

Paralelamente à ampliação do centro de Meios Ortopédicos do Porto, encontra-se em vias de implantação um outro centro na delegação de Évora, seguindo-se depois igual iniciativa na Delegação de Ponta Delgada.

Para garantir o funcionamento das oficinas e dos outros serviços, a Associação tem cerca de cem trabalhadores, cujas despesas

Actividade associativa intensa

A par da sua acção junto da sociedade e do desenvolvimento de iniciativas próprias no domínio da reabilitação, a ADFA tem mantido uma actividade associativa muito intensa.

Desde a eleição dos Órgãos Sociais, através de campanhas muito participadas, até às Assembleias Gerais, passando por convívios, actividades desportivas e reuniões de trabalho, os sócios são chamados ao desenvolvimento de uma grande prática associativa.

Deste modo a ADFA tem-se afirmado como máquina afinada e sempre pronta para defender os interesses dos associados.

Desde os contactos com as entidades responsáveis, através dos órgãos directivos até manifestações públicas já realizadas, a ADFA tem mantido até agora, na consciência da opinião pública e dos governantes a existência de Deficientes

com salários e encargos sociais, bem como com todo o seu funcionamento são suportadas por um subsídio estatal, pelos resultados das oficinas e pela quotização dos sócios.

Grande parte dos trabalhadores da Associação, ocupa-se com a prestação directa de serviços aos sócios, desde informações, e encaminhamento dos mais variados assuntos para as Entidades Cívicas e Militares, apoio social, assistência médica directa, e apoio jurídico.

das Forças Armadas com problemas ainda por resolver.

Em 1975, para forçar a publicação de legislação urgente, a ADFA levou a cabo um conjunto de acções públicas durante mais de dez dias, que haveriam de constituir uma importante referência da existência do Deficiente das Forças Armadas e do seu descontentamento perante a consciência nacional.

Já em 1974, a ADFA tinha feito uma manifestação chamando a atenção dos governantes para a necessidade de encarar os problemas dos Deficientes das Forças Armadas como reais e carecendo de solução urgente.

Em 1981, uma outra manifestação deixou clara perante a opinião pública a diferença entre os princípios do Ano Internacional do Deficiente e a política retrógra-

a, no domínio da reabilitação, do governo português e então.

Sempre bem centrado nos seus objectivos, recusando quaisquer tutelas pouco-partidárias e de mãos

Direitos conquistados e consolidados

Durante este primeiro período, conseguiu-se conquistar e consolidar alguns direitos fundamentais dos deficientes das Forças Armadas, assim como foi possível, introduzir algumas alterações nas atitudes das chefes perante os deficientes, contribuindo ao mesmo tempo para a criação de condições para que estes se assumam num am-

plares para dialogar com os governos, a ADFA mantém-se determinada a conseguir as condições mínimas de integração social para todos os Deficientes das Forças Armadas.

plio movimento evidenciador da real força que têm em Portugal os cerca de 1 milhão de deficientes. Mas os Deficientes das Forças Armadas não viram satisfeitas todas as suas reivindicações iniciais, nem as portas da reintegração social se lhes franquearam, de molde a poderem encarar o futuro sem sobressaltos.

Reivindicações fundamentais

Assinalando os 10 anos de fim da Guerra e o seu próprio aniversário, a ADFA em 1984, encontra-se especialmente empenhada em obter do Governo o necessário reconhecimento das reivindicações, exigindo a adopção de medidas fundamentais para os Deficientes das Forças Armadas para os deficientes em geral, algumas delas já preparadas e exaustivamente

discutidas com o Governo, que irão fazer face a situações de grande injustiça e cujos custos são relativamente reduzidos.

Assim, pretende-se: — Reposição em funcionamento da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA), extinta através do Dec.-Lei n.º 574/80.

— Publicação da Lei dos Grandes Deficientes, apro-

(Continua na pág. 10)

VENDE-SE

Volvo 66 GL, 1977, 1300 cc, misto, mudanças automáticas, económico, em bom estado, um só dono.

Telef. 2421645 ou 549042 ou 646341 ext. 315 (Dr. Fernades).

ANIVERSÁRIO DA ADFA OS DEFICIENTES SÃO CONQUISTADOS



durante a sessão solene

o significado da estátua do seu autor, Victor Paula. O concerto dado pela Orquestra Ligeira do Exército, dirigida pelo Capitão Amílcar Morais, maestro e compositor, no Teatro Nacional Maria II, constituiu o en-

cerramento da sessão solene. Entre outros, foram largamente aplaudidos os seguintes números: *Argentina*, Andrew Lloyd, *O Caçador*, the Shadows, *O Voo do Morcardo*, Rinsky Korsakov, *American Patrol*, Glen Mil-

ler, *Peter Gum*, Hemy Maurini, *Samaritana* e dois fados de Álvaro Cabral.

Diversas individualidades e representantes de organizações políticas, instituições, associações e organismos, nomeadamente de

deficientes e para deficientes, dirigiram à ADFA saudações pelo seu X aniversário, lamentando não poderem ter estado presentes.

Da cobertura feita pela imprensa, registamos as notícias saídas no Diário de

Notícias, o Diário, no Correio da Manhã, em A Capital e no Diário Popular.

Dos Órgãos Sociais da ADFA, além da presença dos Órgãos Sociais Centrais e dos membros do Conselho Nacional por Lisboa, es-

tiveram presentes as Delegações do Porto, Évora, Faro, Setúbal e Castelo Branco, tendo os Órgãos Sociais de Bragança, V. N. Famalicão e Ponta Delgada comunicado a impossibilidade da sua presença.

DISCURSO DO ALMIRANTE SILVA HORTA EM REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O SACRIFÍCIO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS NÃO PODE SER NEM SERÁ ESQUECIDO

Encontrando-me aqui em representação do senhor presidente da República, quero dirigir-vos, em seu nome, algumas palavras alusivas a esta cerimónia e ao seu significado nacional.

Todos os deficientes são credores do apoio nacional que permita minorar, até onde for possível, as desigualdades efectivas que têm de suportar na sua vida em sociedade e nas condições de realização pessoal.

Mas vós, deficientes das Forças Armadas, sois também sujeitos de um outro tipo de estatuto a que a comunidade nacional não se pode eximir nem pode esquecer: as vossas deficiências são consequência de decisões políticas que foram aceites em nome da vossa responsabilidade como cidadãos.

Passados os anos e alteradas as condições políticas, poderá haver quem tenda a esquecer em que situação ficaram aqueles que cumpriram o seu dever em obediência às únicas autoridades políticas que então conduziam os destinos do país.

Por isso, é importante recordar que as mudanças das concepções políticas não podem deixar de assumir como responsabilidade própria e renovada o reconhecimento dos direitos que pertencem aos que, tendo combatido sob a bandeira nacional, ficaram fisicamente diminuídos.

Foi aliás, em grande parte, na vivência da camaradagem criada por essa guerra que não escolheram e pelos sacrifícios que ela impôs, que se criaram os elos que hoje unem os deficientes das Forças Armadas, e fazem da sua associação uma força social a ter em conta.

As mudanças de concepções políticas não são razão para o esquecimento de direitos, nem isso se poderia justificar quando essa mudança política é legitimada democraticamente e, portanto, é a emanação da vontade nacional.

É certo que o nosso país atravessa sérias dificuldades económicas e que os encargos assumidos em termos de segurança social



O Almirante Silva Horta proferindo o seu discurso

constituem um peso considerável das despesas públicas.

Nem tudo se pode fazer como seria desejável para que os sacrifícios sejam minorados de modo a que a dignidade seja sempre salvaguardada e as manifestações de solidariedade estejam sempre consentâneas com as necessidades de cada um.

Mas porque assim tem de ser, importa repetir que o sacrifício daqueles que se bateram em obediência às autoridades políticas da época não pode ser nem será esquecido por quem, seguindo embora concepções políticas diferentes, o faz no respeito inteiro pelos direitos do homem, pelos valores da justiça e da solidariedade, pelo respeito por todas as nossas tradições históricas.

DISCURSO DE AUGUSTO BOBELA MOTA SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

AS REIVINDICAÇÕES DA ADFA PARA 1984 ENCONTRAM RECONHECIMENTO JUNTO DO SNR

É para mim sumamente grato a oportunidade que me é dada, de poder dirigir-me a esta exemplar Associação, no dia do seu X Aniversário.

O programa para assinalar este evento, está em consonância com a data de 25 de Abril, data que para todos nós representa um dos marcos mais notáveis da nossa História, e tem, em nosso entender, quase um aspecto de complementaridade, pois esse 14 de Maio não seria possível, se não acontecesse esse 25 de Abril.

Comemorando a fundação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ainda estamos comemorando o próprio 25 de Abril.

A Nação pôde, depois disso, reconhecer que tinham sido sacrificados milhares de jovens em holocausto a uma causa que, para além de ser injusta, feria frontalmente um dos mais sagrados Direitos do Homem — O DIREITO À LIBERDADE.

Mas concepções ideológicas desfazadas no tempo e na moral social e política da época, mandaram seguir para África — «Já em Força» — o melhor que qualquer Não pode ter, a sua juventude.

A Nação, depois de libertada, não podia alhear-se da responsabilidade dos sofrimentos que impôs a toda uma

(Continua na 8.ª pág.)

EXISTÊNCIA

no domínio da reabilitação, do governo português em geral.

Sempre bem centrado nos seus objectivos, recusando quaisquer tutelas pouco-partidárias e de mãos

livres para dialogar com os governos, a ADFA mantém-se determinada a conseguir as condições mínimas de integração social para todos os Deficientes das Forças Armadas.

Direitos conquistados e consolidados

Durante este primeiro período, conseguiu-se consolidar e consolidar alguns direitos fundamentais dos deficientes das Forças Armadas, assim como foi possível, introduzir algumas alterações nas atitudes das pessoas perante os deficientes, contribuindo ao mesmo tempo para a criação de condições para que eles se assumam num am-

plo movimento evidenciador da real força que têm em Portugal os cerca de 1 milhão de deficientes. Mas os Deficientes das Forças Armadas não viram satisfeitas todas as suas reivindicações iniciais, nem as portas da reintegração social se lhes franquearam, de molde a poderem encarar o futuro sem sobressaltos.

Reivindicações fundamentais

Assinalando os 10 anos da Guerra e o seu próprio aniversário, a ADFA em 1984, encontra-se especialmente empenhada em obter do Governo o necessário reconhecimento das reivindicações, exigindo a adopção de medidas fundamentais para os Deficientes das Forças Armadas para os deficientes em geral, algumas delas já preparadas e exaustivamente

discutidas com o Governo, que irão fazer face a situações de grande injustiça e cujos custos são relativamente reduzidos.

Assim, pretende-se:
— Reposição em funcionamento da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA), extinta através do Dec.-Lei n.º 574/80.
— Publicação da Lei dos Grandes Deficientes, aprovada

(Continua na pág. 10)

VENDE-SE

Volvo 66 GL, 1977, 1300 cc, misto, mudanças automáticas, económico, em bom estado, um só dono.

Telef. 2421645 ou 549042 ou 646341 ext. 315 (Dr. Fernandes).

COLÓQUIOS SOBRE A GUERRA COLONIAL

LITERATURA E GUERRA COLONIAL

No âmbito dos colóquios promovidos pela ADFA, a assinalar o 10.º aniversário, realizou-se no passado dia 2 de Maio, na sede da Associação, o colóquio subordinado ao tema «Literatura e Guerra Colonial».

Este colóquio, orientado pelo escritor João de Melo, acompanhado do poeta José Correia Tavares, iniciou-se com uma longa comunicação feita por aquele escritor, em que deu uma panorâmica da produção literária sobre o tema da guerra colonial, tanto por parte de autores portugueses como de autores dos movimentos de libertação das ex-colónias.

João de Melo, convidado pela ADFA para orientar este colóquio, é um especialista na matéria, além de, ele próprio, ter obras publicadas sobre esta área, nomeadamente o romance «A Memória de Ver Matar e Morrer», que resultou da sua própria experiência em campanha no norte de Angola em 1972. Tem-se empenhado desde há anos na recolha de elementos, tendo neste momento prontos para publicação dois volumes de uma antologia, em prosa e em verso, relativa à guerra colonial. João de Melo, que nasceu nos Açores e é professor do ensino secundário, tem ainda outras obras publicadas, entre elas o romance «O Meu Mundo não é deste Reino». No «Elo» de Abril foram já publicados, mais desenvolvidamente, alguns dados biográficos e bibliográficos sobre este escritor.

Quanto ao poeta José Correia Tavares, a que também nos referimos no «Elo» de Abril, é igualmente autor de vários livros e faz parte da Direcção da Associação Portuguesa de Escritores.

Na sua comunicação a uma assistência que não era, de facto, muito numerosa (cerca de 30 pessoas), mas atenta e interessada, João de Melo apontou a produção literária como uma forma de dar vida a um passado morto, dando conta do trauma profundo que atravessou um milhão e quinhentos mil homens que desfilaram durante 13 anos de guerra.

Embora a guerra tenha terminado já há 10 anos, ela parece ainda constituir um tema tabu e que, até por isso mesmo, não está ultrapassado, carecendo ainda de obras que poderão e deverão aparecer.

Na produção sobre a guerra colonial, João de Melo considerou dois tipos de literatura: uma literatura com um valor estético reconhecido e uma literatura mais emotiva e menos estética, essencialmente um de-

sabafo sobre situações vividas e sofridas.

Quanto ao primeiro tipo, os participantes no colóquio tiveram oportunidade de verificar que, directa ou indirectamente, apesar de tudo, um número considerável de escritores portugueses de primeiro plano tem tratado este tema. Desde Manuel Alegre, talvez o mais conhecido (um clássico neste domínio), com os seus poemas possuídos de uma força lancinante, passando por Álvaro Guerra, apontado como um precursor, Almeida Faria, Assis Pacheco, Fernando Namora, José Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, etc., até Lobo Antunes, o mais divulgado ultimamente e que mais aprofundou o tema da guerra, em mais do que um livro, especialmente em «Os Cus de Judas» e «Fado Alexandrino».

Quanto ao segundo tipo, uma literatura mais emotiva, sem valor estético que a faça valer só por si, tem como exemplo algumas obras já escritas por sócios da ADFA, a que se poderão juntar muitas outras de relato de situações e expressão de emoções vividas.

Além dos escritores portugueses, João de Melo referiu-se também a alguns autores dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné, especialmente do MPLA, cujas obras são fundamentais para a visão total da guerra através da literatura.

Escritor, ensaísta, homem de letras, João de Melo assentou a sua intervenção numa base essencialmente estética, por um lado, e no valor da produção literária sobre este tema enquanto mantém presente um período que tende a ser esquecido e ignorado, por outro. Faltou, contudo, uma outra dimensão desta questão, e que é especialmente cara à ADFA: o seu tratamento sob a perspectiva das consequências da guerra, os reflexos em termos de mortos, feridos, deficientes, e a re-

percussão de tudo isso na própria sociedade, no seu comportamento. Procurámos mesmo, na parte final do colóquio, puxar um pouco a discussão para este lado, que é como quem diz «puxar a brasa à nossa sardinha», mas constatámos que se trata de uma dimensão pouco explorada e bastante ignorada. Alguns dados, contudo, poderiam ser encontrados através de uma pesquisa, com este objectivo, pelas obras literárias sobre a guerra. Lembramo-nos, por exemplo, do último livro de Lobo Antunes, «Fado Alexandrino», em que, através de uma sobreposição de tempos diferentes (tempo de guerra, tempo de regresso, tempo da retomada da vida na sociedade e tempo da recordação dos tempos anteriores), se vê a guerra, com os seus horrores e traumas, projectada na sociedade pós-25 de Abril através da vida de personagens ex-combatentes. É pena que nenhuma dessas personagens seja um deficiente. Aos deficientes o livro faz alusão, mas fazendo-os povoar apenas o tempo da guerra, mantendo-os totalmente ausentes do tempo posterior. Esta omissão, por si, pode ser produtora de sentido: o deficiente é um ingrediente do teatro de operações, um elemento próprio apenas desse quadro, onde, tal como os mortos, é estaticamente eternizado pela memória colectiva. Isto faz parte, aliás, do modo como culturalmente a guerra é concebida. E assim, Lobo Antunes não está mais que a reproduzir para a literatura essa dominante cultural.

Romper com a tradição cultural, violar o quadro tradicional da guerra, furtar-lhe o estático deficiente e lançá-lo no turbilhão da vida, à mistura com outras personagens, no período de pós-guerra, não estará fora do alcance do génio do escritor, nomeadamente de Lobo Antunes. Faltar-lhe-á, sim, uma outra coisa, muito simples — o conhecimento da problemática dos deficientes e da integração social: que caminhos fazer percorrer a uma personagem deficiente de guerra? Que relacionamento determinar-lhe com as outras personagens e com a sociedade? Enfim, são coisas claras para nós

que lidamos com elas permanentemente e as sentimos. Mas para o escritor, embora tenha o génio que nós não temos para as transportar ao mundo da ficção, elas não constarão, como sucede com a generalidade das pessoas, do quadro completo da vida, afinal o seu material de trabalho, a obra-prima da sua produção literária.

O tema de guerra será um dos mais antigos e mais preferidos da literatura. Mas o peso da sua antiguidade parece impedir-lo de se libertar das formas tradicionais de tratar a guerra. A descrição dos acontecimentos, com o seu horror, e das emoções fortes sempre foi e parece continuar a ser a preocupação dominante da literatura de guerra. O efeito catártico provocado nos leitores pelo horrível da guerra, por essas emoções fortes aí vividas, implica um certo fascínio e atracção, como sucede com o precipício. É por isso que a literatura tem sido muito responsável pelo entusiasmo que as gerações jovens sempre dedicaram à guerra, onde, mais que em lado nenhum, se vivem emoções fortes.

Tratasse a literatura as tragédias humanas que da guerra resultam — os mortos e famílias destroçadas, os deficientes marginalizados, as sociedades traumatizadas e incapazes de se entenderem, em termos humanos, com a herança da guerra —, situações que não são atraentes para ninguém, e esse entusiasmo dos jovens seria bem mais apagado. Além disso, a compreensão da questão das vítimas de guerra e a possibilidade de encontrar soluções pelas sociedades seriam maiores, porque a literatura tem o grande mérito de penetrar no mais fundo dos problemas humanos, tornando-os mais claros.

Este colóquio atingiu, assim, os seus objectivos, porque foi um momento importante de reflexão e de equacionamento de algumas questões que, de outra maneira, não se teriam proporcionado. Pena é que as preocupações aí manifestadas não cheguem até todos os que têm «o engenho e arte», essa magia de as transplantar, realçando-as, para a obra de arte.



Augusto Bobela Mota proferindo o seu discurso na sessão solene

DISCURSO DE AUGUSTO BOBELA MOTA

(Continuação das centrais)

geração e não hesitou em acarinhar o associativismo dos jovens que se deficientaram nessa guerra fratricida, que legitimamente defendem os seus direitos.

Foi pois com esse fim que nasceu a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que em luta encarniçada têm derrubado muitas das barreiras da incompreensão que se lhes têm levantado.

Na defesa desses direitos ter-se-á talvez, em determinada altura, tomado caminhos de certa forma controversos, mas hoje, com a prática democrática que vamos adquirindo dia a dia e com os destinos desta Associação nas mãos de uma direcção competente e responsável, pela sua prática neste campo, Ela merece-nos o maior respeito e simpatia.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas é de facto hoje uma associação não só com uma considerável implantação a nível nacional como tem já uma incontestável projecção a nível internacional.

Não queremos ainda deixar de notar um aspecto, que em nossa opinião, é altamente demonstrativo dos sentimentos de solidariedade, que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem demonstrado na sua prática associativa.

Na realidade a ADFA não se limitou a capitalizar para os sócios que, em campanha se deficientaram, os benefícios que a Nação achou por bem atribuir-lhes, mas desde logo os pretendeu estender, dentro dos limites que em seu entender se justificavam, a todos aqueles cidadãos, que, no cumprimento dos serviço militar obrigatório, tiveram o infortúnio de também eles se deficientarem.

E uma atitude que tem motivado certas incompreensões, apelidada mesmo de elitista, mas que, vista com serenidade e desapaixonadamente só pode ser considerada digna e desinteressada.

A ADFA tem reivindicado a publicação de diplomas que vêm contemplar situações, por ela consideradas lesivas dos direitos quer dos deficientes das Forças Armadas, quer mesmo dos deficientes em geral.

Reivindicar aquilo que julgamos justo, é, também no meu entender, não só um direito como um dever.

Mas reivindicar, tem também a sua forma democrática de ser feita, o que implica que a reivindicação não ultrapasse, quer na forma, quer no seu conteúdo, os limites da coerência e do realismo.

Como responsável pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, Organismo por onde são veiculadas, ou pelo menos o devem ser, a grande maioria dessas reivindicações, temos constatado, que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, vem agindo em absoluto, neste aspecto, dentro dos parâmetros da coerência e da responsabilidade.

As reivindicações que a ADFA assinalou na sua Assembleia Geral Nacional, de 14 de Janeiro último, no âmbito específico, dos Deficientes das Forças Armadas, e que directa ou indirectamente passam pelo Organismo a que tenho a honra de presidir, pode a ADFA estar segura, que o Secretariado envidará todos os esforços, no sentido de que as mesmas sejam conseguidos dentro, é claro dos condicionais da conjuntura política e económica, em que se vive.

Nas medidas reclamadas de carácter geral, e que dizem respeito à problemática da reabilitação dos deficientes portugueses, conhece a ADFA o esforço que o Secretariado tem desenvolvido, num diálogo aberto com todas as Associações, de e para deficientes, para encontrar os consensos possíveis. Assim, relativamente à alteração da Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, depois de procurar introduzir as sugestões possíveis de todas as Organizações consultadas oportunamente, está a Lei numa fase final.

No que respeita as outras apontadas, encontram-se todas elas ou já entregues ao Executivo, ou em estudo por grupos de trabalho multidisciplinares.

Esperamos que com a colaboração da ADFA e das outras Associações se consiga um trabalho útil e profícuo em prol dos Deficientes portugueses. Para terminar quero reiterar os meus votos sinceros, de que a ADFA veja concretizadas todas as suas iniciativas, e espero que a colaboração que tem vindo a ter com o Secretariado Nacional de Reabilitação se reforce cada vez mais, pois considero imprescindível, para o trabalho a desenvolver neste campo, a experiência que nos diversos aspectos da reabilitação a Associação dos Deficientes das Forças Armadas nos pode trazer.

Não nos esqueçamos, que se hoje um Secretário Nacional de Reabilitação pode estar presente neste festivo acto deve-se à força das associações de deficientes nomeadamente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Muito obrigado.

Camarada

A todos quero abraçar
E com todo o meu respeito,
A todos quero apertar
Com meus braços junto ao peito;
A idade não importa
tão-somente a intenção
Abraço de gente forte
Anima o meu coração
A todos no mesmo laço
Envolve no meu abraço

ANTÓNIO MÁXIMO

Entre os sócios presentes na Sessão Solene do X Aniversário da ADFA, encontrámos com agrado o sr. António Máximo, como que representando a 1.ª geração dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal, na sua qualidade de deficiente da I Grande Guerra. A sua jovialidade impede que alguém consiga adivinhar que já está quase com noventa anos e através de uma dezena de versos quis testemunhar-nos o seu sentir na data do X Aniversário da ADFA.

DELEGAÇÃO DE FARO PARTICIPOU NAS 1.ª JORNADAS DE REABILITAÇÃO DO HOSPITAL DE FARO

A convite do Hospital distrital de Faro, a direcção da delegação de Faro da ADFA, participou na 1.ª Jornadas de Reabilitação no H.D.F., nos dias 3, 4 e 5 de Maio, com a presença de médicos e terapeutas do C.M.R. de Alcoitão, sobre cuidados a ter nos tratamentos de Hemiplégicos, Reabilitação de indivíduos com lesões vertebro-medulares, Reabilitação em Pediatria

Ocupacional, com Treino Pré-Post-Protésico dos membros de determinados deficientes e sua Terapia Ocupacional, através do Serviço de Medicina Física e Reabilitação do Hospital Distrital de Faro e do C.M.R. de Alcoitão. Foram abordados também os cuidados a ter com o transporte de deficientes, quando para os mesmos não seja possível a chamada do 115.

ANUNCIE NO «ELO»

AS EXPOSIÇÕES NA ADFA

Uma redacção feita pelos alunos da escola primária n.º 175, dos Olivais Norte, de Lisboa, chegou até nós, ilustra bem o papel importante na educação que as exposições patentes durante o mês de Maio na ADFA desempenharam. Com a publicação da referida redacção aqui deixamos um testemunho do que foram as exposições:

Participação Infantil sobre o 25 de Abril, organizada pela Associação 25 de Abril, e a Exposição Fotográfica sobre a ADFA.

Visita à exposição sobre o 25 de Abril.

No dia 10 de Maio fomos visitar a exposição sobre o 25 de Abril, que estava na Associação de Deficientes das Forças Armadas.

Veio buscar-nos, à escola, uma carrinha dessa Associação.

Vimos desenhos de meninos de todo o País. Havia também poemas ao 25 de Abril e banda desenhada.

Numa grande mesa estavam trabalhos manuais e livros escritos por meninos sobre o que foi o 25 de Abril.

A seguir visitámos uma exposição de fotografias sobre o que foi a vida da Associação dos Deficientes.

Estão deficientes porque foram para a guerra lutar, antes do 25 de Abril.

Também vimos um escultor a fazer um trabalho sobre a paz e que disse que a paz só se consegue com a união.



INAUGURADA ESTÁTUA AOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

A estátua inaugurada aos Deficientes das Forças Armadas, do escultor Victor Paula mede, 90 cm de altura, feita em cimento expandido, representa os Deficientes das Forças Armadas na mesma atitude com que, no dizer do próprio autor, «enfrentam a vida e as suas dificuldades». Na verdade, o autor abandona a imagem tradicional e errada do deficiente destruído pela deficiência, para optar por uma outra do deficiente erguido sobre as suas próprias possibilidades, avançando, apesar da deficiência, a caminho do lugar que, por pleno direito, lhe cabe na Sociedade.

Uma das figuras que compõem o grupo escultórico é de um negro, quiz, o autor, simbolizar assim a amizade que une os deficientes combatentes da libertação dos vários países,

(Continua na 10.ª pág.)

VICTOR PAULA

AUTOR DA ESTÁTUA INAUGURADA

A estátua aos DFA do escultor Victor Paula, inaugurada nas comemorações do X Aniversário da ADFA, surge na sequência de diversos trabalhos que Victor Paula tem vindo a realizar para a Associação, de entre os quais destacamos o cartaz alusivo ao X Aniversário, profusamente distribuído pelas ruas de Lisboa e reproduzido na primeira página do anterior número do ELO, assim como os calendários da ADFA para 1983 e para 1984.

A importância da mensagem social que procura imprimir às suas obras, traduz a sua concepção da função social da arte como a mais importante: o papel de qualquer artista deve ser voltado para os problemas da sociedade em que está inserido. Tendo realizado já diversos trabalhos para colectividades e autarquias, a sua solidariedade para com os Deficientes das Forças Armadas nasceu a partir da vivência da guerra colonial, tal como o seu empenhamento pela causa da paz.

A colaboração para a ADFA tem sido motivo de satisfação para Victor Paula: tem-me sido permitida uma plena liberdade de expressão, o que me permitiu expandir as minhas próprias concepções, não obstante considerar que só um deficiente é que consegue entender inteiramente os problemas e os dramas da situação de deficiente. Neste aspecto, sou um aprendiz da problemática dos deficientes.

Victor Paula é autor de uma obra considerável nos domínios da pintura, dese-

nho e escultura e tem participado em várias exposições colectivas em Portugal e no estrangeiro.



Crianças da escola primária de Olivais Norte, durante a sua visita à ADFA

PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DA NOSSA ESCOLA

Tem a ADFA sido colocada perante a difícil situação dos milícias africanos que combateram ao lado das nossas tropas, ludibriados ou violentados pela fórmula «muitos territórios uma só nação», pegando em armas contra os movimentos de libertação dos seus próprios países.

Muitos destes milícias viram-se obrigados a abandonar a sua terra de origem para não serem perseguidos preferindo, apesar de todos os inconvenientes do confronto com uma cultura e sociedade diferentes, vir viver para Portugal.

O desconhecimento da nossa língua é talvez o maior

obstáculo que lhes é levantando para funcionarem na nossa sociedade. Aqueles que são nossos associados por se terem deficientado no cumprimento do serviço militar, a ADFA tem tentado, com a ajuda de alguns professores da Escola Preparatória Nuno Gonçalves, ultrapassar essa barreira ministrando-lhes aulas.

Estes pequenos contos escritos pelo nosso sócio e aluno do Ciclo Preparatório BUBACAR BALDÉ são o produto desse esforço de aprendizagem da língua portuguesa.

SAMHAEL E UM SENHOR LOBO

Um senhor chamado Samhael e um senhor Lobo. Eu quando pequeno tinha ouvido uma história passada entre o senhor Samhael e o senhor Lobo.

Samhael era o rei que mandava, naquela altura em toda a gente que vivia ali no seu tempo, e o senhor Lobo também era o rei que mandava em todos os Lobos.

Samhael era um rei grande, homem de coragem que gostava sempre de andar de noite de bairro em bairro, e o senhor Lobo não queria que as pessoas gostassem de andar à noite porque ele era o rei dos Lobos que mandavam durante a noite.

O senhor Samhael tinha saído à noite para ir a um bairro que se chamava Candama Corroballi e encontrou-se com o senhor Lobo:

— Quem é você?
O senhor Samhael respondeu-lhe:

— O Lobo sou um rei mais conhecido por O Samhael.
— Você não estava quando eu avisei toda a gente para não andar por aqui à noite?

— Porque é que você me pergunta esta coisa?
Eu sou o rei Samhael e ninguém me pode meter medo porque sou um rei como você.

— Senhor Samhael somos os dois reis e há uma diferença entre nós.

— Prepara-te com homens que te são fieis porque vou lançar guerra contra vós.

— O Lobo, eu estou preparado para combater contra si mesmo que fosse agora.

— Mas que confiança, que você tem!

— Não tenho confiança em nada, sou rei de toda a gente custa-me morrer, mas não tenho medo de ninguém neste mundo.

Então o senhor Lobo resolveu marcar uma guerra contra o rei Samhael.

A MINHA VIDA PASSADA

ENTRE 1975 E 1981

Eu tinha-me refugiado no país senegalês desde 24 de Fevereiro de 1975. O lugar onde eu cheguei era uma cidade pequena chamada Kolda.

Na minha chegada a Kolda fui atendido por um guarda da Polícia mouri, chamado Amadu Djamanca, ele perguntou-me:

— Você é donde?
— Eu sou da República da Guiné-Bissau.

'slip' absorvente para incontinente. SLIPAD

à medida de qualquer cintura

Em que se distingue o SLIPAD de todos os outros programas para a incontinência?

- SLIPAD não é uma "fralda" é um "slip absorvente" especialmente concebido para a incontinência no adulto ou adolescente.
- SLIPAD tem corte "slip" proporcionando um ajuste perfeito ao corpo humano.
- SLIPAD tem elásticos laterais que ajustam sem apertar e impedem as fugas.
- SLIPAD é guarnecido com uma almofada absorvente, a menor possível, para absorver tudo sem deixar a desagradável sensação de molhado.
- SLIPAD, sinónimo de QUALIDADE A qualidade PEAUDOUCE

Por isso o sistema SLIPAD é o preferido!

Tamanhos 3: Tamanho pequeno 50 a 80 cm, Tamanho médio 70 a 100 cm, Tamanho grande 90 a 150 cm

venda exclusiva em farmácias

Representante: **Farimpop**
Rua do Alecrim, 123-125
1200 LISBOA
Tel. 37 06 85

Participação a 100% pela A.D.S.E.
75% pelas Forças Armadas, CTT e S.A.M.S.

INTERVENÇÃO DA DIRECÇÃO CENTRAL

(Continuação das centrais)

vada pelo Conselho da Revolução em 1978, e que os sucessivos governos, desde então, não têm referendado.

— Aprovação do projecto de extensão de alguns direitos dos deficientes das Forças Armadas em campanha aos deficientes em serviço, elaborado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação em 1982.

— Aprovação do projecto de acumulação de pensões dos Deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Dec.-Lei n.º 43/76, elaborado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação em 1982.

— Aprovação do projecto de equiparação a D. F. A. dos deficientes com 60% ou mais de incapacidade em serviço em zonas operacionais, elaborado pelo Ministério da Defesa Nacional em 1981.

— Aprovação do projecto de definição do limite de acumulação de vencimento e pensão dos Deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Dec.-Lei n.º 43/76, que trabalham na Função Pública, com base no ordenado de gestor público, elaborado no Ministério da

Defesa Nacional por proposta do Secretariado Nacional de Reabilitação.

— Aprovação do projecto de equiparação a D. F. A. dos milícias africanos que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, elaborado no Ministério da Defesa Nacional.

— Aprovação de um Decreto-Lei a contemplar a situação dos deficientes militares do foro psíquico, cujos trabalhos foram iniciados em 1982, no Secretariado Nacional de Reabilitação.

— Alteração da Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, de forma a devolver ao Conselho Nacional de Reabilitação os poderes deliberativos que lhe foram retirados pelo Dec.-Lei n.º 355/82.

— Aprovação do projecto de admissão dos deficientes como trabalhadores no sector privado e público empresarial (quota obrigatória), elaborado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação em 1981, com a participação das associações de deficientes.

— Aprovação do projecto de admissão dos deficientes como trabalhadores na Função Pública, cuja elabora-

ção foi já iniciada no Secretariado Nacional de Reabilitação.

— Alteração do Dec.-Lei n.º 235-D/83, sobre aquisição de viatura utilitária, de molde a garantir a sua plena utilização pelo próprio deficiente, impedindo assim, o

A projecção a nível nacional e internacional da ADFA

A dinâmica da ADFA tem-se reflectido igualmente, a nível dos órgãos nacionais de reabilitação, nomeadamente no Secretariado Nacional de Reabilitação, junto do qual mantém uma participação crítica muito activa, esperando-se que seja retomada a orientação e filosofia do Dec.-Lei que criou o Secretariado, que este seja dotado de uma nova estrutura orgânica e que sejam envidados esforços para que as associações de deficientes retomem o lugar que lhes compete na orientação e definição da política nacional de reabilitação.

A nível internacional, no âmbito da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, onde representa Portugal

aproveitamento ilícito por terceiros.

— Aplicação do Dec.-Lei n.º 43/82, sobre a eliminação de barreiras arquitectónicas.

— Regulamentação e aplicação do Dec.-Lei n.º 40/83, sobre o trabalho prote-

desde Outubro de 1982, passando assim, a fazer parte da grande família de mais de 20 milhões de combatentes e vítimas de guerra de todo o Mundo, a ADFA irá dar o seu contributo para a defesa dos direitos dos deficientes de guerra, empenhar-se na defesa da paz e do desarmamento, bem como procurar estabelecer o intercâmbio com os combatentes dos novos países de língua portuguesa. O assumir da ADFA como membro de pleno direito desta organização internacional, será consolidado no próximo ano, com a realização em Portugal da reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, da FMAC, para a qual se espera o apoio das entidades governamentais.

Direitos dos Deficientes não são oferecidos, mas conquistados

Terminada uma primeira fase da sua existência, caracterizada pela sua forte implantação na sociedade portuguesa, onde ocupa um lugar que lhe é próprio e de que os dez anos que hoje se comemoram são um vivo testemunho, a ADFA procurará fazer de cada sócio um deficiente consciente,

mitante e ciente de que os direitos dos deficientes não são oferecidos, mas conquistados, pelo que não abrandará nas suas reivindicações, tendo sempre presente a consciência do possível em cada momento e o sentido do todo social em que nos inserimos.

INAUGURADA ESTÁTUA

(Continuação da pág. 9)

nascidos da independência das antigas colónias e os deficientes das F. A. Portuguesas. De facto ambos procuram com dignidade participar activamente na construção das Sociedades em que se encontram inseridos.

Há ainda que representada de uma forma abstracta, a alusão a uma nave. O navio do regresso à dimensão real da nossa terra. Do fim do colonialismo. Da redescoberta do nosso próprio espaço onde vale sempre a pena construir a todo o custo um futuro melhor para todos. Deficientes ou não.

Finalmente, no topo da escultura, suportada pelos braços dos elementos, uma pomba o símbolo da Paz. Dela, nasce a ADFA. Com ela viveremos todos, construindo o futuro do nossa terra com plena participação dos deficientes como desejamos.

A ADFA solicita já às entidades competentes, que seja dada a uma praça de Lisboa o nome de «Praça dos Deficientes das Forças Armadas» estando a considerar a possibilidade de lá colocar, uma ampliação em pedra do monumento agora inaugurado.

«PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DA NOSSA ESCOLA»

(Continuação da pág. 9)

- O que é que vem cá fazer ao Senegal?
- Eu venho-me refugiar aqui no Senegal.
- Porquê?

— Porque eu não posso estar debaixo do mando do Governo do PAIGC, porque eles já começaram a apanhar todos os oficiais e sargentos que serviram no Exército português dizem que nós somos criminosos como o Governo de Marcelo Caetano, porque nós combatíamos a favor dos portugueses, que nós não queremos a nossa liberdade, que não desejamos a independência do país.

Eu respondi assim: nós servimos no Exército, como naquela altura todos os rapazes que tinham mais de 18 anos eram obrigados a cumprir o serviço militar.

Amadu Djamanca passou-me uma papel que me dava autorização de residência em território senegalês.

Aqui fiquei alguns meses em Kolda, mas como Kolda esta muito próximo da fronteira entre o Senegal e a Guiné-Bissau eu não tinha confiança para permanecer mais tempo em Kolda.

Depois pensei ir para Dakar mas naquela altura não tinha dinheiro para pagar o transporte e algum dia ficava sem comer não conhecia ninguém em Kolda, e resolvi vender as minhas duas calças uma camisa e um par de sapatos.

Aquele dinheiro foi para pagar o transporte de Kolda para Dakar.

Quando cheguei, aconteceu o mesmo problema. Fui apresentar-me à Polícia, a Polícia mandou-me ir ter com um padre muçulmano chamado Alagi Siedina Mamadu. Alag também quiz saber todos os meus problemas, expliquei-lhe tudo e depois ele mandou chamar um homem e juntou-me com ele num quarto para dormir e comer.

E aqui ficamos juntos com outras pessoas.

BUBACAR BALDÉ

Aluno do Ensino Preparatório da A. D. F. A.

ASSISTÊNCIA AOS DEFICIENTES NA CP CABE AOS CHEFES DE PLATAFORMA

Em resposta a uma carta enviada pela Direcção Central da ADFA ao Conselho de Gerência da C.P., expondo os problemas vividos pelos deficientes visuais quando recorrem aos Caminhos de Ferro, nas grandes gares sobretudo, foi a ADFA informada que a assistência aos mesmos passará a ser feita pelos Chefes de Plataforma.

Transcrevemos em seguida a carta enviada pela Direcção Central, esperando que os Chefes de Plataforma tenham recebido as devidas instruções.

«Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração da C.P.:

Como é do conhecimento de V. Exa., muitos são os problemas com que os deficientes se debatem no processo de reabilitação e reintegração sócio-profissional, merecendo atenção, toda a problemática que se prende com a livre circulação e acessibilidade aos transportes públicos.

Com o objectivo de serem encontradas soluções que facilitem ao máximo, a utilização dos transportes ferroviários, vem funcionando no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, um grupo de trabalho que tem contado com a participação activa de um representante da C.P., tendo-se já conseguido, por via disso, levar à prática acções concretas, nomeadamente nas gares de Sta. Apolónia e S. Bento, perspectivando-se outras medidas quanto à adaptação do interior das carruagens, de molde a que algumas sejam acessíveis a grandes deficientes motores.

Normalmente, quando se fala de barreiras arquitectónicas e adaptação de transportes, pensa-se, quase e só, nos deficientes motores propriamente ditos, ignorando-se os deficientes visuais que, embora com menos dificuldades no acesso e utilização dos transportes públicos, têm, contudo, alguma necessidade de apoio, como seja na locomoção no interior das grandes gares, como, nomeadamente Rosio e Sta. Apolónia.

Como facilmente se compreenderá, nas gares com vários terminais e a inexistência de sinais sonoros para os sinalizar, torna-se muito difícil a um cego encaminhar-se com segurança para a composição que deseja utilizar, vendo-se forçado, logo que entra no recinto da gare a solicitar a ajuda deste ou daquele utente, que apressadamente se dirige para os vários terminais.

Esta situação de dependência que os cegos que utilizam os comboios têm de suportar diariamente, podia ser ultrapassada com a criação de um serviço de apoio a grandes deficientes, onde em locais, como atrás referimos, se justificasse.

Pensamos, que a deslocação de um funcionário para estas funções, não constituirá um pesado custo social para a C.P., sendo mais uma questão de sensibilidade para estes problemas, e que, pelas provas já dadas, sabemos existir nessa empresa pública.

Aqui fica a nossa sugestão que, com certeza, merecerá de V. Exa. o melhor acolhimento.

Com os nossos melhores cumprimentos.»

ENTREVISTA COM LOMELINO VICTOR

(Continuação da 4.ª pag.)

as directrizes a que deverá obedecer a educação especial. É um trabalho importante, inadiável, se amanhã quizermos ter algo de sólido, mas que é muito mal e muito pouco conhecido. Há que o SNR obviar a que tal continue a acontecer, pois a opinião pública tem que estar informada dos trabalhos que se vêm realizando para, a prazo inevitavelmente distante, criar alicerces consistentes a política de reabilitação de raiz essencialmente comunitária.

Esperanças na acção do actual SNR

Quanto ao momento que vive o SNR desde que foi investido como Secretário Nacional Augusto Bobela Mota, a minha atitude é de uma enorme esperança, de uma grande confiança em que o Secretariado será restituído aos seus objectivos, à sua filosofia, à sua natureza, e à missão que o seu diploma original lhe atribuiu, na perspectiva de uma eficaz cooperação interministerial para a coordenação de acções inseridas na política de reabilitação de deficientes em Portugal.

Lamentavelmente, em Setembro de 1982, deu-se aquilo que se pode dizer uma contra-revolução na política de reabilitação de deficientes, um enorme passo dado atrás. Num país que não tinha tradições, nas áreas do planeamento social, com a criação do SNR deu-se um enorme passo,

mas em Setembro de 1982 foi publicado um diploma que alterava radicalmente a Lei Orgânica do Secretariado e o desfigurava por completo, retirando ao seu órgão mais importante poderes ou capacidade deliberativa e fazendo diluir, no meio de instituições, muitas das quais não têm qualquer razão para serem membros do Conselho Nacional de Reabilitação, o papel determinante que a ADFA, a ANDST e a APD têm que ter na definição das orientações que a política de reabilitação deverá seguir.

Foi notável no discurso da tomada de posse do actual Secretário Nacional de Reabilitação a sua determinação em preparar um novo diploma orgânico do SNR.

Potencialidades do SNR

Ao fim destes seis anos de vida, o SNR já detém experiência bastante para que o próximo diploma orgânico, recuperando a sua filosofia e natureza iniciais, possa vir a ser um instrumento extremamente eficaz na concepção e planeamento da política de reabilitação neste país.

E quando falo em política de reabilitação, não me estou a referir às actividades meramente internas do SNR, mas a uma política nacional de reabilitação que venha a ser inserida anualmente nas opções da política que o Governo apresenta à Assembleia da República. Só poderá haver uma tal

política de reabilitação, desde que ela esteja concebida, planeada e envolva os próprios programas de acção a serem efectivados, pelos Ministérios ou departamentos com maiores responsabilidades, nos domínios da reabilitação: Saúde, Segurança Social, Educação, Emprego, Habitação, Transportes, Cultura.

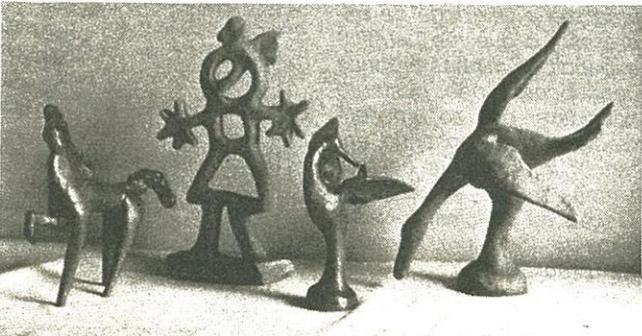
Confio, também, que a nova Lei Orgânica do SNR o tentacularize através da criação de comissões de coordenação distritais que possam constituir um em-

brão de políticas descentralizadas, que viabilizem num futuro necessariamente não próximo, a concretização das próprias políticas de reabilitação a níveis regionais, reservando-se a administração central para um papel de fomento, de definição de objectivo, de coordenadas técnicas, mas cuja execução e concretização se efective a nível concelhio, a nível das escolas, dos serviços locais, dos investimentos, da criação de postos de trabalho, da formação profissional integrada.

EXPOSIÇÃO DA CERAMISTA MARIANA VASQUES

Uma exposição de peças da ceramista Mariana Vasques, patente no Hotel Penta durante os dias da realização do XV Congresso da Rehabilitation International, mostrou mais uma vez as suas potencialidades no domínio da modelagem.

Dotada de grande sensibilidade artística, Mariana Vasques foi atingida pela cegueira aos 25 anos. Esta exposição interrompeu um longo período de ausência de contacto com o público, esperando nós que esta exposição constitua incentivo para retomar a sua actividade criativa.



Algumas peças de Mariana Vasques

DESPORTO

ISEF ORGANIZA III ENCONTRO DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

Assim teremos como modalidades de Competição, o Atletismo, a Natação e o Ciclismo, assim como mo-

dalidades específicas de cada tipo de deficiência (ex. Stallom); com Actividades recreativas, a Halterofilia,

Voleibol, Gincana, Badminton, Pingue-Pongue, Bowling, etc.

A cada participante será entregue um prémio de presença.

As primeiras realizar-se-ão com horários determinados, as segundas funcionarão em simultâneo, por onde todos os participantes que desejarem e de acordo com a sua classificação desportiva, poderão passar e experimentar.

O ISEF realizará este ano o III Encontro de Desporto para Deficientes, no dia 9 de Junho, nas instalações do ISEF e nas do Estádio Nacional.

Este encontro é organizado pelo Departamento de Educação Especial e Reabilitação e está integrado nas actividades de Cadeira de Desporto para Deficientes ministrado aos alunos daquele instituto.

Indicações para os participantes

O Encontro destina-se a Deficientes Motores, Visuais e Mentais de ambos os sexos e a idade mínima de 14 anos na data de realização do Encontro.

Os participantes poderão entrar nas Provas de Competição, Secção A e também nas Actividades Recreativas, Secção B.

Os participantes só podem entrar em 3 Provas da Secção A, dentro das classes a que pertencem. A Secção B, está aberta a todos os participantes. Aconselhamos a todos participantes a trazerem equipamento desportivo e se possível já vestido, pois poderão não ter grandes facilidades para se equiparem.

A Comissão Técnica é constituída pelos elementos organizadores do Departamento de Educação Especial e Reabilitação.

A organização não se responsabiliza pelo transporte dos participantes.

O almoço será fornecido pela organização.

Abaixo publicamos pormenores sobre estas provas que nos foram enviados pelo ISEF.

O encontro tem por objectivo:

1 — Promover o convívio dos participantes e ao mesmo tempo proporcionar-lhes o contacto com outro tipo de Actividade-Recreativa, pouco dinamizada e divulgada entre nós;

3 — Proporcionar aos respectivos estudantes um contacto mais directo com esta realidade desportiva — organização com todos os aspectos que envolve, de Encontros Desportivos para Atletas com diversos tipos de Deficiência,

BASQUETEBOL

TORNEIO DE PRIMAVERA

Realizavam-se nos dias 12 de Maio e 2 de Junho mais duas jornadas do Torneio Primavera-Basquetebol em Cadeira de Rodas organizado pela delegação de Lisboa da D.G.D. cujos jogos têm decorrido nas instalações do estádio Universitário.

Os jogos da 3.ª jornada dia 12 de Maio tiveram os seguintes resultados.

Joanita — 63 ADP - 4
ADFA — 27 Alcoitão - 28

4.ª Jornada:

Alcoitão - 95 ADP - 2
ADFA - 31 Joanita - 40

Classificação actual:

	P.
1.º Alcoitão	8
2.º Joanita	6
3.º ADFA	6
4.º APD	4

CONCURSO DE PESCA EM COIMBRA

Da responsabilidade da secção de dinamização cultura e desporto da Delegação de Coimbra da ADFA, realizou-se no dia 6 de Maio na Figueira da Foz mais um concurso de pesca desportiva.

Devido ao mau tempo, a participação de concorrentes não foi a desejável, mas mesmo assim os principais objectivos de mais esta iniciativa foram conseguidos. Referimo-nos como é óbvio à divulgação da ADFA, e participação de camaradas deficientes numa prova desportiva. Economicamente não fomos muito felizes, mas melhores dias virão.

As principais classificações foram as seguintes:

Individual 1.ºs dez	pontos
Mário Diniz	1220
David Santos	1105
António Carvalho	1080
António Bizarro	890
António Vale	785
João Varela	735
António Dinis	660
Vítor Ramalho	635
Joaquim Anónio	575
Aristides Pereira	395

Equipas 3 primeiras	pontos
Cerveja Topázio	4010
ADFA D	2740
ADFA A	1310

Senhoras	pontos
1.ª Maria Xavier	360

Juniores	pontos
1.º Pedro Miguel	45

Estiveram em disputa 80 prémios entre taças troféus e medalhas.

A Del. de Coimbra da ADFA concorreu com 4 equipas, classificando-se todas elas nos dez primeiros lugares. No local do concurso foram sorteados os três prémios provenientes da venda de rifas tendo fornecido os seguintes resultados:

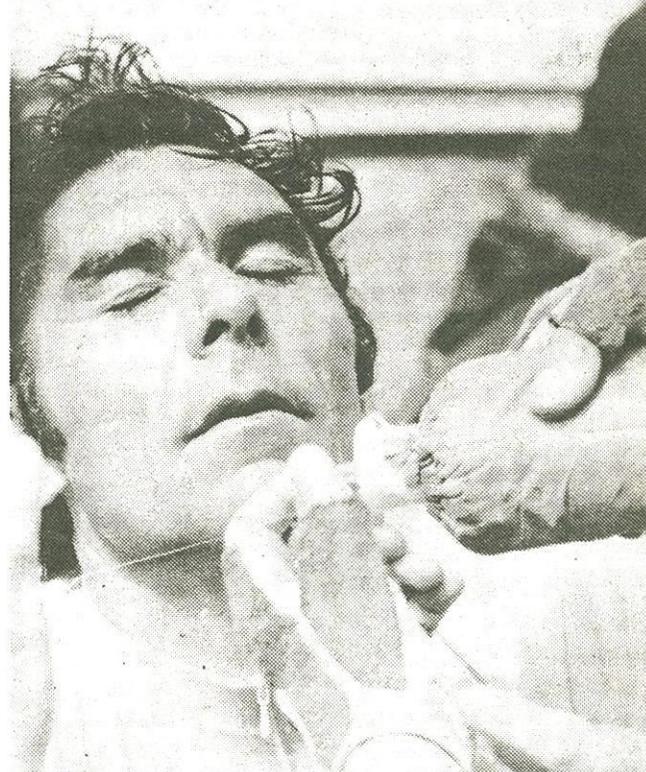
- 1.º Prémio — CANA DE MAR N.º 3362
- 2.º Prémio — CARRETO SOFI N.º 3672
- 3.º Prémio — MÁQUINA FOTOGRÁFICA 2121

NO ALGARVE

SÓCIO CEDE CASA PARA FÉRIAS

Sócio residente em Tavira dispõe de vários quartos, cozinhas e W.C. que cede para férias em regime de co-utilização.

As condições de cedência serão combinadas com os interessados que para o efeito deverão contactar a delegação da ADFA, sita na R. S. Pedro, 30 8000 FARO ou através do Telef. 28 515 — rede de Faro.



JOAQUIM AGOSTINHO

MORREU A TRABALHAR

No dia 30 de Abril, Joaquim Agostinho sofreu uma queda, da qual vivria a morrer, por não ter tido assistência em devido tempo! A 26 de Abril, na passagem de nível de Terronhos, perto do Porto, um comboio despedaça uma camioneta cheia de passageiros, tendo matado vinte pessoas e feito 30 feridos graves.

Notícias como estas surgem diariamente nos órgãos de comunicação, escondidos em páginas interiores, estes dois casos foram no entanto de tal forma escandalosos que tiveram o mérito de vir trazer para as primeiras páginas dos jornais e para os programas de rádio e televisão, o ambiente caótico em que se trabalha em Portugal e o perigo eminente de morte que é circular-se numa estrada em Portugal.

Os deficientes que pelos motivos apontados ficam estropiados é em Portugal extremamente elevado.

Os primeiros socorros e a evacuação é geralmente feita por bombeiros que na maior parte das vezes, lutam com enormes dificuldades para desenvolverem a sua actividade nomeadamente na aquisição de ambulâncias; por outro lado a centralização dos hospitais e a falta de meios indispensáveis ao diagnóstico é muito frequente acontecer nos hospitais distritais. Todas estas situações são aliás publicamente conhecidas. Agostinho — um brilhante profissional do ciclismo, exemplo das capacidades de resistência e sacrifício que caracterizam o povo português —, morreu no seu posto de trabalho por falta de uma assistência capaz.

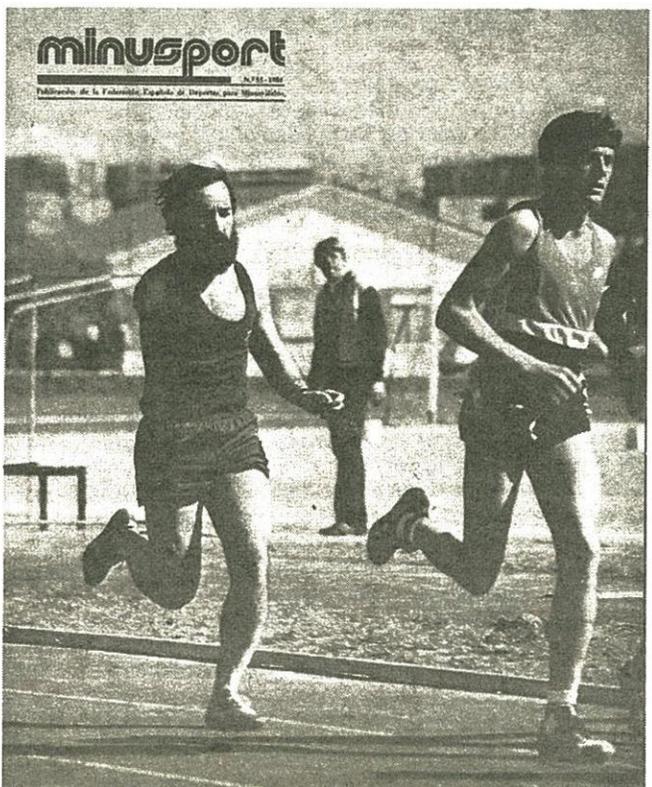
Ao seu enterro foi muito do povo anónimo que o admirava e foram também os responsáveis máximos do nosso país, a quem se deve pedir responsabilidades por aquilo que aconteceu em Terronhas e no Algarve. A resposta que temos é a de que a responsabilidade da morte de 20 pessoas e de 30 feridos foi da senhora que guardava a passagem de nível e quanto à morte de Agostinho continuamos sem saber muito concretamente o que se passou.

Final, viver num país assim, não é muito diferente daquilo que se passava na guerra: é mais barato deixar morrer os soldados do que perder um helicóptero.

ARMINDO ROQUE

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Como habitualmente, recebemos este mês o «Minusport», publicação da Federação Espanhola de Desportos para Deficientes, o seu n.º 55 de 1984, de que destacamos «Los Campeonatos de la Esperanza»; Jubileo Internacional de los Desportistas; Ademi, finalista de la Copa de Europa de Baloncesto; XIV Campeonatos de España de Ténis de Mesa para Minusválidos.



Veteranos e juventude frente a frente nos 1500 m dos Campeonatos de Espanha

AUTOMÓVEIS NOVOS MODELOS

Recebemos na nossa Redacção alguns catálogos de novos modelos de automóveis a serem comercializados no nosso país e que poderão ser adquiridos por grandes deficientes motores, com isenção do I. V. V. A., através dos Dec. Lei n.º 43/76 e 235-D/83.

Dos referidos modelos e marcas abaixo indicadas publicamos os respectivos preços já com isenção do I. V. V. A.

- Ford Orion 1600 GLD (diesel) — 940 000\$00.
- Ford Orion 1300 GL — 786 500\$00.
- Ford Orion 1600 GL — 808 500\$00.
- BMW 3.15 (vidros coloridos castanhos e tecto de correr manual) — 1 177 264\$00.

XV CONGRESSO MUNDIAL DA REHABILITATION INTERNATIONAL ESTÁ A DECORRER EM LISBOA

O XV Congresso da Rehabilitation International inaugurado pelo Presidente da República, está a decorrer na Feira Internacional de Lisboa, de 4 a 8 de Junho.

Neste número do «Elo» apenas podemos dar conta do primeiro dia de trabalhos, dado que a sua publicação é exactamente no dia 5 de Junho.

Com a sua presença na cerimónia de abertura do Congresso, o Presidente da República quis, segundo palavras suas, dar testemunho do apoio aos valores morais em que se deve basear o Estado. Na sua curta intervenção, o general Ramalho Eanes afirmou que o deficiente coloca a sociedade perante um desafio, obrigando-a a confrontar-se consigo mesma.

Antes da intervenção do Presidente da República, foram feitas outras alocuções, nomeadamente pelo cor. Vila Lobos, Presidente da comissão organizadora do congresso, secretário-geral da Rehabilitation International, um representante do secretário-geral das Nações Unidas e pelo Presidente da Rehabilitation International, Harry Fang. Destas alocuções, há a destacar a do cor. Vila Lobos, um discurso avançado, projectando a reabilitação no futuro, mas, no fundo, controverso, porque diferente da sua actual prática quando desempenhou o cargo de Secretário Nacional de Reabilitação. O cor. Vila Lobos, aludindo à nova era civilizacional que se avizinha, com a 4.ª revolução industrial, em que os próprios valores cul-

turais sofrerão mutações profundas, prevê perspectivas favoráveis para o equacionamento da reabilitação, em moldes diferentes, dado, sobretudo, uma nova concepção do trabalho e uma maior diversidade de actividades profissionais, mais adequadas para deficientes. Salienta também a importância da participação dos próprios deficientes na construção das soluções a adoptar no futuro. Isto souu muito estranho, dito por quem afastou os deficientes dos centros de decisão da reabilitação em Portugal.

Menos optimista foi a intervenção do secretário-geral da Rehabilitation International, que previu para o ano 2000 a existência de 700 milhões de deficientes em todo o mundo, mais 200 milhões que agora. Isto num mundo em crise económica agravada e com o desemprego a aumentar. É face a este quadro que a Rehabilitation International está já a elaborar um plano a aplicar nos anos 2000.

O representante do secretário-geral das Nações Unidas realçou a atenção que a ONU vem dando à reabilitação, bem patente na proclamação do Ano Internacional do Deficiente (1981) e da década dos deficientes (1982-1992).

O Presidente da Rehabilitation International salientou a importância da Carta para os Anos 80, que resultou de um amplo debate em todo o mundo e que passou a determinar a própria orientação da R. I. Esta organização internacional contactou já 22 Chefes de Estado (re-

presentando metade da população do mundo), que exprimiram a sua concordância com os princípios contidos na Carta.

A sessão de abertura assistiram diversos membros do Governo, entre eles o ministro de Estado, dr. Almeida Santos, representante dos Chefes de Estado Maior das Forças Armadas e o Secretário Nacional de Reabilitação, Bobela da Mota, além de outras entidades.

Depois da cerimónia de abertura, iniciaram-se logo os trabalhos, tendo decorrido um plenário durante a manhã e discussão por grupos de trabalho, da parte da tarde.

O tema do congresso é informação, sensibilização, compreensão e integração social, pondo-se a tónica essencialmente na mudança de atitudes. Foram questões deste tipo as tratadas ao longo do primeiro dia. Durante a manhã, foi salientado que a integração não pode mais ser concebida no sentido clássico, a sociedade com os fisicamente completos de um lado e os deficientes de outro, animando-se o movimento destes para aquela. Tem antes que ser assumida pela sociedade, no âmbito do seu próprio desenvolvimento. No centro desta problemática está, pois, a questão da mudança de atitudes ou comportamentos.

Num grupo de trabalho, um congressista (um padre estrangeiro grande deficiente) afirmou que o deficiente está nos olhos dos outros. Ou seja, é-se deficiente mais por força da atitude da sociedade do que da própria deficiência. Alterar comportamentos tradicionais é, pois, entendido hoje como objectivo fundamental da reabilitação.

Este é, de facto, um bom tema a ser desenvolvido e que, logo no primeiro dia, foi objecto de profunda análise.

Pensa-se, assim, que, dos debates entre os maiores especialistas de todo o mundo, resultarão ideias claramente elaboradas sobre este domínio.

Mas falta, pelo que já nos apercebemos, nesta análise, o papel dos próprios deficientes neste processo de definição de áreas de incidência e objectivos, bem como na sua aplicação prática. Raramente se valoriza o papel dos deficientes, a sua participação, como elementos imprescindíveis que são do processo da integração, especialmente através das suas organizações representativas.

É aqui que se acentua a posição crítica da ADFA perante este congresso, começando, além disso, por ser organizado à revelia das associações de deficientes. Apesar dos resultados indubitavelmente positivos deste trabalho de análise teórica, não se pode deixar de denunciar o ponto fraco da Rehabilitation International, que é o não reconhecimento, na teoria e na prática, do papel fundamental dos deficientes na integração social. A própria composição da R. I., essencialmente por pessoal não deficiente, é logo indício desse comportamento. Isto não tem sido, aliás,

isento de polémica interna, desencadeada na altura do último congresso, no Canadá, como já referimos em número anterior do «Elo». Dias antes do congresso, em Lisboa, durante a realização da Assembleia Geral desta organização, esta questão ter-se-ia posto de novo.

O problema situa-se logo nos próprios países membros, que nomeiam como delegados seus à R. I. sobretudo pessoas não deficientes. Aqui está uma boa questão prática que tem a ver com a mudança de atitudes (dos países membros).

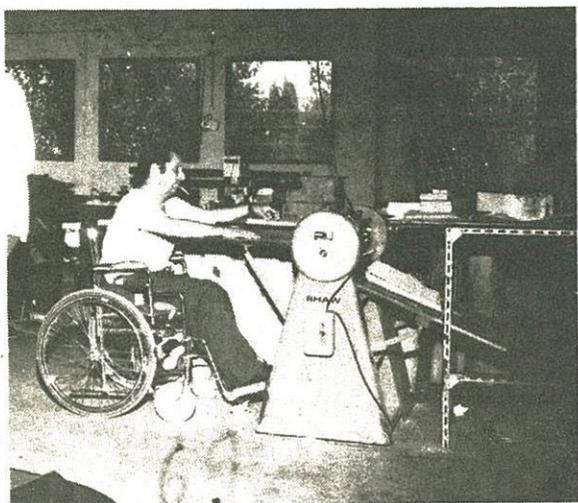
A reabilitação não resultará se for entendida como feita para os deficientes, sendo estes material inerte e passivo a moldar pelos técnicos. Ela terá que ser feita com a participação dos deficientes. E a integração só será uma realidade completa quando feita directamente pelos deficientes, afirmando-se estes simplesmente como homens iguais a todos os outros num mundo à medida de todos, em que nos olhos de ninguém haja pessoas diferentes. Esta a visão da ASFA, patente, aliás, entre outros princípios, num «placard» no átrio da FIL, em português e inglês, para melhor consulta dos congressistas.

A ADFA tem ainda um «stand», com fotografias, quadros ilustrativos, material de dinamização e outros elementos, por onde vão passando os congressistas e se vão elucidando sobre a Associação. Essa elucidação é ainda facilitada através de uma brochura (também em português e inglês), que dá uma panorâmica completa do que é a ADFA, seus princípios e objectivos, a dimensão e estrutura que tem, actividades que desenvolve, além de alguns dados sobre a sua história. Esta brochura está a ser distribuída aos congressistas. Haverá ainda a apresentação de um diaporama, complementando a brochura.

Apesar da sua apreciação crítica quanto a alguns aspectos, realçada já em números anteriores do «Elo», a ADFA segue com a maior atenção o decorrer dos trabalhos, através de uma representação de 9 elementos. Espera retirar daqui alguns ensinamentos teóricos importantes, que terão influência positiva na acção prática. Também no «Elo» se reflectirão os resultados do congresso, onde serão divulgados, acompanhados da nossa própria apreciação.



O Presidente da República quando visitava o stand da ADFA



OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

R. ARILHARIA UM — TEL. 653593 — LISBOA

DIA 16 DE MAIO REALIZADA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

Realizou-se no passado dia 16 de Maio uma reunião do Conselho Nacional de Reabilitação, presidida pelo secretário nacional, Bobela da Mota. Esta reunião, nos termos da legislação actual, teve carácter consultivo. E, na realidade, teve carácter informativo, conforme a própria convocatória, já que da ordem de trabalhos constava um único ponto — informações.

As informações disseram respeito à situação em que se encontram os trabalhos relativos à alteração da lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, às actividades em geral do Secretariado e à realização do XV Congresso da Rehabilitation International, que decorrerá em Lisboa em princípios de Junho.

Os membros do Conselho presentes foram informados que o projecto da nova lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação se encontra em fase final, tendo sido levadas em consideração as várias sugestões das associações de deficientes. O projecto final irá ser agora enviado às Associações, a fim de emitirem o seu último parecer. Esse projecto poderá ainda ser objecto de análise em próxima reunião do Conselho Nacional.

O Secretário Nacional de Reabilitação informou sobre algumas dificuldades internas, cuja resolução tem obstado a que o Secretariado tenha funcionado em pleno, além de se

ter dado prioridade à elaboração da lei orgânica, o que se tem reflectido, inclusivamente, no próprio Conselho Nacional, que não tem reunido. Há agora a intenção de convocar o Conselho regularmente (uma vez por mês), mesmo antes da aprovação da nova lei orgânica, que deverá dar um cunho totalmente diferente a este órgão, tornando-o mais actuante, com poderes deliberativos próprios.

No final da reunião, foram dadas algumas informações sobre a realização do XV Congresso da Rehabilitation International, tendo sido feita, inclusivamente, uma exposição pelo vice-presidente da comissão organizadora do congresso, dr. Faria, dando conta da forma como este irá decorrer.

Esta foi a primeira reunião em que o vogal em representação da ADFA participou, desde que o Conselho Nacional de Reabilitação foi transformado em órgão consultivo. Em sinal de protesto, a ADFA manteve-se todo este tempo ausente das reuniões, tendo voltado agora, porque existem garantias de que o conselho vai recuperar os seus poderes deliberativos. Espera-se, no entanto, que não seja necessário realizar muitas mais reuniões do tipo desta, que, aliás, de pouco interesse se revestem, e que seja de imediato aprovada a nova lei orgânica, funcionando então, de seguida, o Conselho Nacional de Reabilitação de forma produtiva.

Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:
Dr. Luís Vale
Armindo Roque
António Augusto Almeida Santos

Composto e Impresso:
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67
LISBOA